

WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 14.776.142/0001-50

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2026**

Local, Data e Hora: Em 30 de março de 2026, às 15:00 horas, *via* teleconferência.

Convocação: Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia ("Conselheiros").

Presença: Presentes os Conselheiros: Luciano Mathia Penha, Marcelo Cabral Bernabé, Ricardo Magalhães Gomes, Joaquim Pedro Saldanha do Rosário e Souza e Roberto Christiano Gaspar De Oliveira. Presentes, ainda, os assessores jurídicos contratados Daniel Kalansky, Ivan Iegoroff de Mattos e Nicole Rozental Besen, do escritório Loria e Kalansky Advogados.

Mesa: Sr. Luciano Mathia Penha – Presidente; e Ivan Iegoroff de Mattos – Secretário.

Ordem do dia: Discutir e deliberar sobre: **(i)** a proposta da administração a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada em 30 de abril de 2026, às 15:00 horas ("Assembleia" e "Proposta da Administração"); e **(ii)** ratificação da convocação da AGO.

Deliberações: Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram:

- (i) aprovar a Proposta da Administração da Assembleia para a AGO, objeto do Anexo I à presente, a ser divulgada aos acionistas na forma da regulação aplicável; e
- (ii) retificar a convocação da AGO, a ser realizada, em primeira convocação, em 30 de abril de 2026, às 15:00 horas, nos termos do Edital de Convocação, a ser publicado e divulgado na forma da Lei das S.A. e da regulação aplicável, solicitando que o Diretor de Relações com Investidores proceda a divulgação dos documentos necessários.

Fica consignado que, observados os termos e prazos da legislação e regulamentação aplicáveis, as informações e os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia serão oportunamente divulgadas aos acionistas da Companhia.

Encerramento e Lavratura: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes.

São Paulo, 30 de março de 2026.

Mesa:

Luciano Mathia Penha

Presidente

Ivan Iegoroff de Mattos

Secretária

Conselheiros:

Luciano Mathia Penha

Presidente

Marcelo Cabral Bernabé

Conselheiro

Ricardo Magalhães Gomes

Conselheiro

Joaquim Pedro Saldanha do Rosário e

Souza

Conselheiro

Roberto Christiano Gaspar de Oliveira

Conselheiro

t

WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A.

CNPJ/MF nº 14.776.142/0001-50

NIRE 35.3.0056296-8

Companhia Aberta

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

DATA: 30 DE ABRIL DE 2026

HORÁRIO: 15 HORAS

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO	6
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A AGO	9
MANUAL DE PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA AGO	17
Anexo I – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES.....	27
ANEXO II – CANDIDATOS INDICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	51
ANEXO III – CANDIDATOS INDICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PARA O CONSELHO FISCAL.....	60
ANEXO IV – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO DE 2026	71

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

A Administração da Companhia apresenta a seguir a sua Proposta da Administração sobre as matérias que serão submetidas à deliberação na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 15h00 ("AGO"), a ser realizada de forma exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia, sendo considerada realizada na sede social da Companhia, conforme edital de convocação divulgado na presente data.

Pelos motivos detalhados abaixo, **a Administração da Companhia recomenda aos acionistas a aprovação das matérias constantes da ordem do dia da AGO.**

Por fim, a Administração esclarece que estão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos *websites* da Companhia (www.ri.westwing.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), esta Proposta da Administração e cópia dos demais documentos necessários para deliberar sobre as matérias constantes da ordem do dia da AGO.

São Paulo, 30 de março de 2026

Luciano Mathia Penha

Presidente do Conselho de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas da **WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A.**, companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Queiroz Filho, nº 1.700, Torre A, 5º Andar, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.3.0056296-8 e no CNPJ/MF sob o nº 14.776.142/0001-50 ("**Companhia**"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos arts. 4º a 6º da Resolução CVM nº 81, de 28 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem, de modo exclusivamente digital e a distância, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2026, às 15:00 horas ("**AGO**"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

- (i) apreciar o relatório da administração e as contas dos administradores da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- (ii) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, incluindo as respectivas notas explicativas e acompanhadas do relatório e parecer dos auditores independentes e do Comitê de Auditoria e do parecer do Conselho Fiscal;
- (iii) aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- (iv) fixar o número de membros do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato;
- (v) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia;
- (vi) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026;
- (vii) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal da Companhia e fixar o número de membros;
- (viii) eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia;

- (ix) fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026.

Instruções e Informações Gerais:

A AGO será realizada de modo exclusivamente digital e à distância, podendo os senhores acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ("**Sistema Eletrônico**") ou exercer o direito de voto por meio de Boletim de Voto (conforme abaixo definido), em ambos os casos, nos termos previstos na Resolução CVM 81. O sistema de participação a distância adotado pela Companhia permitirá que seus acionistas participem da AGO ao acessarem o Sistema Eletrônico, nos termos previstos na Proposta da Administração, divulgada ao mercado nesta data. A Companhia esclarece que entende mais adequado realizar as assembleias de modo exclusivamente digital, permitindo a participação daqueles não domiciliados no local ou nas proximidades da sede da Companhia.

Para participar da AGO pelo Sistema Eletrônico, os acionistas deverão enviar solicitação, por e-mail, à Companhia, para o endereço ri@westwing.com.br, até 28 de abril de 2026, às 15:00 horas, o qual deverá conter toda a documentação necessária, incluindo, mas não se limitando, a documentos de identificação, comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia e, se aplicável, instrumentos de representação, conforme indicado na Proposta da Administração para a AGO ("**Proposta da Administração**"). Ressalta-se que os acionistas poderão participar da AGO ainda que não realizem o depósito prévio acima referido, bastando apresentarem tais documentos na abertura da AGO, conforme o disposto do art. 6º, § 2º, da Resolução CVM 81, e do art. 9º, § 5º, do Estatuto Social da Companhia.

Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação à distância, a Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o *link* e a senha necessários para participação do acionista por meio do Sistema Eletrônico. Receberão tais instruções apenas os acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas na Proposta da Administração, com relação aos quais a Companhia verifique, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados na Proposta da Administração). **O *link* e a senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização.**

Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja, o BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM; ou (iii) preencher o boletim de voto à distância disponível nos websites indicados abaixo ("**Boletim de Voto**") e enviá-lo diretamente à Companhia, **observados, em qualquer caso, os procedimentos previstos na Proposta da Administração, sendo que as instruções deverão ser recebidas até quatro (quatro) dias antes da data da AGO, ou seja, até 26 de abril de 2026 (inclusive), ou, nos casos (i) e (ii), outra data específica indicada pelos respectivos prestadores de serviço.**

Estarão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos *websites* da Companhia (<https://ri.westwing.com.br/>), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81, a Proposta da Administração contendo informações detalhadas relativas à participação na AGO por meio do Sistema Eletrônico, bem como cópia dos demais documentos relacionados às matérias constantes da ordem do dia da AGO.

São Paulo, 30 de março de 2026.

Andre Machado Sanson de Oliveira

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A AGO

- (i) Apreciar o relatório da administração e as contas dos administradores da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao mesmo período, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do Relatório da Administração, do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório Resumido do Comitê de Auditoria**

A Administração propõe a V.Sas. a aprovação, sem ressalvas, das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes emitidos pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., auditoria independente da Companhia, bem como do Parecer do Conselho Fiscal, do Parecer do Comitê de Auditoria, do Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria e do Relatório da Administração.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 17 de março de 2026, com base no Parecer sem ressalvas emitido pelos Auditores Independentes e nas manifestações favoráveis do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal da Companhia.

A Administração recomenda o exame detalhado das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, do relatório dos administradores, das notas explicativas, do parecer dos Auditores Independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do relatório resumido do Comitê de Auditoria, os quais foram devidamente disponibilizados à consulta de V. Sas., em 30 de março de 2026, nos websites da Companhia (ri.westwing.com.br), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

De acordo com o disposto no art. 10, III, da Resolução CVM 81, a Companhia informa a V.Sas. que os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos da Seção 2 do Formulário de Referência, constam como **Anexo I** à presente Proposta.

(ii) Proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

Tendo em vista que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo no montante de R\$ 9.313.198,41 (nove milhões, trezentos e treze mil, cento e noventa e oito reais e quarenta e um centavos), conforme constante das Demonstrações Financeiras relativas a esse exercício, não há resultado do exercício a ser destinado para as reservas de lucros, tampouco dividendos a serem distribuídos aos acionistas.

Nesse sentido, conforme previsto no art. 189, parágrafo único, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), a Administração propõe a absorção do prejuízo apurado no exercício social de 2025 integralmente na rubrica de Prejuízos Acumulados da Companhia, passando o saldo de R\$ 230.890.712,64 (duzentos e trinta milhões, oitocentos e noventa mil, setecentos e doze reais e sessenta e quatro centavos) para R\$ 240.803.911,05 (duzentos e quarenta milhões, oitocentos e três mil, novecentos e onze reais e cinco centavos).

Adicionalmente, a Administração da Companhia informa que, em função do prejuízo apurado no exercício social de 2025, não serão apresentadas as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM 81, conforme autorizado pela decisão do Colegiado da CVM de 27 de setembro de 2011 (CVM RJ2010/14687).

(iii) Fixar o número de membros que irão compor o Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato

Nos termos do art. 12 do Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, eleitos pela assembleia geral e com mandato unificado de 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

Tendo em vista o término do prazo de mandato de atuais membros do Conselho de Administração, a Administração propõe que o número de assentos no Conselho de Administração da Companhia seja fixado em 5 (cinco) membros para o próximo mandato.

(iv) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia

Conforme previsto no art. 3º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022 ("Resolução CVM 70"), acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social votante da Companhia poderão requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, nos termos do *caput* do art. 141, da Lei das S.A.

Adicionalmente, considerando que a Companhia não possui acionista controlador, não se aplicam as prerrogativas relativas à eleição de membros do Conselho de Administração por meio de votação em separado previstas no art. 141, §4º, da Lei das S.A.

A Administração propõe a eleição, por meio de chapa, dos seguintes candidatos para compor o Conselho de Administração da Companhia, todos como membros efetivos, para mandato unificado de 2 (dois) anos, a encerrar-se na data de realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2027:

- (a) **Ricardo Magalhães Gomes**, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração;
- (b) **Luciano Mathia Penha**, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração;
- (c) **Pedro Tavares Martins**, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração;
- (d) **Natalia Kerkis**, para o cargo de membro efetivo independente do Conselho de Administração; e
- (e) **Roberto Szachnowicz**, para o cargo de membro efetivo independente do Conselho de Administração.

Os candidatos para os cargos no Conselho de Administração não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não têm, nem representam, interesse conflitante com a da Companhia, na forma do art. 147, §3º, I e II, da Lei das S.A., e do art. 2º, IV, §§1º a 3º, do Anexo K, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 80").

As informações exigidas pelo art. 11, I, da Resolução CVM 81, relativas aos candidatos indicados ao Conselho de Administração da Companhia, constam no **Anexo II** da presente

Proposta. Destaca-se, ainda, que o processo de indicação e o perfil dos candidatos estão em conformidade com a Política de Indicação da Companhia.

A Administração da Companhia propõe aos acionistas a votação favorável à eleição dos candidatos que compõe a chapa acima indicada.

Para fins informativos, a Administração apresenta abaixo cenários possíveis para a eleição dos membros do Conselho de Administração, considerando a proposta de fixação de 5 (cinco) membros para o órgão e a atual distribuição do capital social da Companhia.

Cenário 1. Eleição por chapa: Caso não seja apresentado pedido válido de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, a eleição ocorrerá por meio de votação da chapa apresentada pela Administração. Da mesma forma, caso seja apresentado pedido válido de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, mas, por ocasião da realização da AGO, não haja candidatos ao conselho de administração além daqueles indicados pela Administração, a solicitação de adoção do processo de voto múltiplo formulada ficará sem efeito e a eleição ocorrerá por meio de votação da chapa apresentada pela Administração.

Cenário 2. Eleição por voto múltiplo: Caso seja apresentado pedido válido de voto múltiplo, com a indicação de candidatos adicionais pelos acionistas, a eleição dos membros do Conselho de Administração deixará de ocorrer por meio de votação em chapa e passará a ser realizada por votação individual dos candidatos. Nessa modalidade, cada ação confere ao acionista um número de votos equivalente ao número de membros do Conselho de Administração a serem eleitos, podendo o acionista concentrar todos os seus votos em um único candidato ou distribuí-los entre dois ou mais candidatos. Assim, seriam eleitos os 5 (cinco) candidatos que obtiverem o maior número de votos entre os presentes na assembleia.

Por fim, na forma prevista no art. 7º, *caput*, do Anexo K, da Resolução CVM 80, a qualidade de independente dos membros a serem eleitos ao Conselho de Administração será objeto de deliberação pela AGO nos itens subsequentes da ordem do dia.

Para fins da deliberação acerca da qualidade de independente de **Natalia Kerkis e Roberto Szachnowicz**, candidatos a membro do Conselho de Administração, os Administradores informam que eles atestaram atender todos os requisitos para o seu enquadramento como conselheiros independentes, nos termos do art. 16, §§1º e 2º do Regulamento do Novo Mercado e do art. 6º do Anexo K da Resolução CVM 80, tendo o Conselho de Administração

se manifestado favoravelmente quanto ao enquadramento dele nos referidos critérios de independência.

Na hipótese de eleição de **Ricardo Magalhães Gomes** para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, a Administração propõe a eleição dele para ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, a encerrar-se na data de realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2027.

(v) Instalar o Conselho Fiscal da Companhia e fixar o número de membros

Nos termos do art. 4º da Resolução CVM 70, o percentual mínimo de participação no capital social votante para requerer a instalação do Conselho Fiscal da Companhia é de 2% (dois por cento).

Considerando o compromisso da Companhia com boas práticas de governança corporativa, direcionada especialmente para a transparência e controle de seus atos internos, a Administração propõe aos acionistas a instalação do Conselho Fiscal para funcionamento até a Assembleia Geral Ordinária de 2027.

Caso seja instalado o Conselho Fiscal, tendo em vista que o art. 25 do estatuto social da Companhia estabelece que o Conselho Fiscal será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, a Administração propõe que o número de assentos no Conselho Fiscal da Companhia seja fixado em 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes.

(vi) Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia

Considerando a instalação do Conselho Fiscal da Companhia e a definição do número de membros que comporão o órgão, na hipótese de aprovação do item **(vii)** da ordem do dia, a Administração propõe a eleição dos seguintes membros efetivos e suplentes, conforme indicado abaixo, para o mandato de 1 (um) ano, a encerrar-se na data de realização da

Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026:

- a. **Fernanda Helena Carvalho Gonçalves da Silva**, para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal; e sua suplente Rosana Muniz dos Santos Lima;
- b. **Sebastian Emilio Servoin Neumann**, para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal; e seu suplente Sérgio Tuffy Sayeg; e
- c. **Stéfano Furlani Malvezi**, para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal; e seu suplente Roberto Oliveira.

As informações exigidas pelo art. 11, I, da Resolução CVM 81, relativas aos candidatos indicados aos cargos no Conselho Fiscal da Companhia, constam no **Anexo III** da presente Proposta. Destaca-se, ainda, que o processo de indicação e o perfil dos candidatos estão em conformidade com a Política de Indicação da Companhia.

Os candidatos para os cargos no Conselho Fiscal não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não têm, nem representam, interesse conflitante com a da Companhia, na forma do art. 147, §3º, I e II da Lei das S.A., do art. 2º, IV, §§1º a 3º do Anexo K da Resolução CVM 80 e do art. 25, §7º do Estatuto Social da Companhia.

(vii) Fixar o limite da remuneração global anual dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026

A Administração propõe a V.Sas. a fixação do limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia, para o exercício social de 2026, no montante de até R\$ 6.609.640,43 (seis milhões seiscentos e nove mil, seiscentos e quarenta reais e quarenta e três centavos), a ser alocado entre o Conselho de Administração e a Diretoria da seguinte maneira:

- Conselho de Administração: R\$ 1.066.000,00
- Diretoria: R\$ 5.543.640,43

Referido montante não contempla os encargos sociais a serem suportados pela Companhia em decorrência da remuneração global proposta, conforme orientação da CVM (Processo CVM nº 19957.007457/2018-10).

A tabela abaixo demonstra a proposta da remuneração dos administradores para o exercício social de 2026, bem como os valores propostos e os efetivamente realizados no exercício social de 2025:

Órgão	Proposta 2026	2025 Realizado	2025 Aprovado
Diretoria	R\$ 5.543.640,43	R\$ 2.753.621,86	R\$ 3.711.294,95
Conselho de Administração	R\$ 1.066.000,00	R\$ 906.000,0	R\$ 900.000,00
Total Global	R\$ 6.609.640,43	R\$ 3.659.621,86	R\$ 4.611.294,95

O valor proposto para a remuneração global dos administradores para o exercício social de 2026 representa um aumento de aproximadamente 43,34% frente ao valor proposto para a remuneração global dos administradores para o exercício social de 2025, tendo em vista a possibilidade de exercício de opção de ações outorgadas, bem como pagamento de incentivos de retenção e/ou indenização em relação às propostas de contratação dos executivos da Companhia.

Adicionalmente, em observância ao disposto no art. 13, II, da Resolução CVM 81, a Companhia apresenta as informações da seção 8 do Formulário de Referência no **Anexo IV** à presente Proposta.

(viii) Fixar o limite da remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026.

Considerando a instalação do Conselho Fiscal e a definição do número de membros que comporão o órgão, na hipótese de aprovação dos itens **(xi)** e **(xii)** da ordem do dia, a Administração propõe a V.Sas. a fixação do limite da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, para o exercício de 2026, no montante de até R\$ 304.377,92 (trezentos e quatro mil, trezentos e setenta e sete reais e noventa e dois centavos), devendo, para cada membro, corresponder a 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, for atribuída a cada Diretor, nos termos do art. 162, §3º, da Lei das S.A.

A tabela abaixo demonstra a proposta da remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026, bem como os valores propostos e os efetivamente realizados no exercício social de 2025:

Órgão	Proposta 2026	2025 Realizado	2025 Aprovado
Conselho Fiscal	R\$ 304.377,92	R\$ 217.433,40	R\$ 228.377,27

O valor proposto para a remuneração global dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026 representa um aumento de 33,3% frente ao valor proposto para o exercício social de 2025. Tal variação decorre do aumento da remuneração média da diretoria.

MANUAL DE PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA AGO

1. Instalação da AGO

A AGO, nos termos do art. 5º, §2º, I, da Resolução CVM 81, instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social total com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, mediante a publicação de novo edital, com qualquer número de acionistas presentes.

A AGO será realizada de modo exclusivamente digital, de forma que os acionistas poderão participar, manifestar-se e votar na AGO por meio da plataforma Zoom ("Sistema Eletrônico") que será disponibilizada pela Companhia, independentemente de sua localização geográfica. A adoção do formato digital busca facilitar a participação dos acionistas e conferir maior eficiência à condução dos trabalhos da AGO, sem prejuízo da plena observância dos direitos de participação e voto dos acionistas.

2. Votação na Assembleia

Os acionistas poderão participar da AGO pessoalmente, por meio de representante legal, ou por procurador devidamente constituído, observado o disposto no art. 126 da Lei das S.A. Em todos os casos, a participação poderá ocorrer por meio do Sistema Eletrônico ou mediante o envio do boletim de voto à distância ("Boletim de Voto").

Ressalvadas as exceções previstas em lei ou no estatuto social da Companhia, as deliberações da AGO serão tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco e os votos nulos.

Nos termos do art. 3º da Resolução CVM 70, acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social votante da Companhia poderão requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração, conforme previsto no art. 141, § 1º, da Lei das S.A. O pedido deverá ser encaminhado à Companhia até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGO (isto é, 28 de abril de 2026 às 15h00 horas). Sem prejuízo desse prazo, a Companhia recomenda que eventuais pedidos de adoção do voto múltiplo sejam apresentados com a maior antecedência possível, a fim de facilitar a organização dos trabalhos da AGO.

Nos termos do art. 4º da Resolução CVM 70, o percentual mínimo de participação no capital social votante para requerer a instalação do Conselho Fiscal da Companhia é de 2% (dois por cento), pedido esse que pode ser realizado via BVD ou até o momento da deliberação da matéria na AGO.

3. Indicação de Candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal

Caso o acionista deseje solicitar a inclusão de candidatos ao Conselho de Administração e/ou ao Conselho Fiscal no Boletim de Voto, a solicitação deverá ser encaminhada à Companhia com antecedência mínima de 25 (vinte e cinco) dias da data da AGO (isto é, até o dia 5 de abril de 2026), nos termos do art. 37, I, da Resolução CVM 81, observado o percentual mínimo de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) das ações ordinárias.

Nos termos dos arts. 147 e 162 da Lei das S.A., em conjunto com o art. 3º do Anexo K da Resolução CVM 80, o acionista que indicar candidato deverá apresentar declaração assinada pelo candidato confirmando, entre outros aspectos, que: (a) não está impedido por lei especial, nem foi condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (b) não foi condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta; (c) atende ao requisito de reputação ilibada; e (d) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não possui, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia.

Para fins de esclarecimento, presume-se existir interesse conflitante com o da Companhia quando a pessoa, cumulativamente (i) tenha sido eleita por acionista que também tenha eleito membro da administração de sociedade concorrente; e (ii) mantenha vínculo de subordinação com o acionista que a elegeu.

Também deve ser apresentado à assembleia geral o currículo do candidato indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias, se for o caso.

4. Formas de Participação na AGO

4.1. Participações por meio de Sistema Eletrônico

Para participar e votar por meio de Sistema Eletrônico, o acionista deverá enviar solicitação à Companhia para o endereço de e-mail (ri@westwing.com.br), até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGO (isto é, até o dia 28 de abril de 2026), conforme previsto no art. 6º, §3º, da Resolução CVM 81, devendo encaminhar à Companhia os documentos indicados nesta Proposta da Administração, inclusive conforme detalhado no item 4.1.1 abaixo, ficando o acionista responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados.

Em resposta ao e-mail enviado, a Companhia encaminhará aos acionistas que manifestarem interesse em participar da AGO por meio do Sistema Eletrônico, e que, após a análise e eventual complementação dos documentos apresentados, estejam aptos a participar da AGO, as regras para participação e os procedimentos necessários para acesso e utilização do Sistema Eletrônico. Tais regras e procedimentos terão caráter pessoal e intransferível, não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização.

Os acionistas que não encaminharem os documentos necessários dentro do prazo indicado (ou seja, até o dia 28 de abril de 2026), bem como aqueles que não atenderem às eventuais solicitações de complementação de documentos ou esclarecimentos, não poderão participar digitalmente da AGO.

Considerando a necessidade de adoção de medidas de segurança para participação a distância, a Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o *link* de acesso e a senha necessários para participação na AGO somente aos acionistas que tenham apresentado corretamente a solicitação e a documentação exigida dentro do prazo e nas condições previstas nesta Proposta da Administração, e após a verificação satisfatória dos documentos de identificação e representação. O *link* de acesso e a senha recebidos serão pessoais e intransferíveis, sendo vedado o seu compartilhamento.

O acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto também poderá se cadastrar para participar da AGO por meio do Sistema Eletrônico, desde que observe as orientações ora indicadas, inclusive quanto aos prazos e à apresentação da documentação necessária. Nessa

hipótese, o acionista poderá: (i) apenas acompanhar os trabalhos da AGO; ou (ii) participar e manifestar seus votos por meio do Sistema Eletrônico, situação em que serão desconsideradas todas as instruções de voto anteriormente enviadas por meio do Boletim de Voto.

Caso o acionista que tenha solicitado regularmente sua participação a distância não receba o e-mail contendo as instruções de acesso ao Sistema Eletrônico até às 15 horas do dia 29 de abril de 2026, deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail ri@westwing.com.br, a fim de solicitar o reenvio das respectivas instruções de acesso.

A Companhia recomenda aos acionistas que pretendam participar da AGO por meio do Sistema Eletrônico que se familiarizem previamente com a plataforma "Zoom", bem como verifiquem a compatibilidade de seus dispositivos eletrônicos com o sistema de participação (incluindo recursos de vídeo e áudio). Recomenda-se, ainda, que os acionistas acessem o Sistema Eletrônico com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGO, a fim de permitir a validação do acesso e a adequada organização dos trabalhos assembleares.

A participação por meio do Sistema Eletrônico ocorrerá com utilização de áudio e vídeo, devendo os acionistas que optarem por participar dessa forma manter a câmera ligada durante toda a realização da AGO, a fim de assegurar a autenticidade das comunicações. Os microfones deverão permanecer desligados, sendo ativados somente quando o acionista desejar se manifestar oralmente. Caso haja dificuldades na comunicação por áudio, será admitida a manifestação de voto contrário ou de abstenção por meio da ferramenta de chat disponibilizada no Sistema Eletrônico.

A AGO será integralmente gravada pela Companhia. Contudo, é vedada a gravação ou transmissão da AGO, ainda que de forma parcial, pelos acionistas ou por quaisquer terceiros. Os acionistas presentes, desde já, autorizam a utilização, pela Companhia, das informações constantes da gravação da AGO para: (i) registro de manifestação e visualização dos documentos apresentados durante a AGO; (ii) verificação da autenticidade e segurança das comunicações; (iii) registro da presença e dos votos proferidos pelos acionistas; (iv) atendimento a eventuais determinações legais ou de autoridades competentes; e (v) defesa da Companhia, de seus administradores ou de terceiros contratados, em qualquer esfera judicial, arbitral, regulatória ou administrativa.

Em caso de dúvidas relacionadas ao acesso ou ao uso do Sistema Eletrônico, a Companhia se coloca à disposição para prestar esclarecimentos aos acionistas por meio do e-mail e do telefone a serem informadas em conjunto com as instruções de acesso ao Sistema Eletrônico. No entanto, a Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar, incluindo, sem limitação, instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade dos seus equipamentos.

Por fim, nos termos do art. 47, *caput*, II e III, da Resolução CVM 81, considerando se tratar de assembleia exclusivamente digital, será considerado presente o acionista: (i) cujo Boletim de Voto tenha sido considerado válido pela Companhia; ou (ii) que tenha registrado sua presença no Sistema Eletrônico.

4.1.1. Documentação

Para participação na AGO por meio do Sistema Eletrônico, os acionistas deverão encaminhar à Companhia, conforme aplicável, os seguintes documentos:

- (i) Pessoa Física: cópia do documento de identidade oficial do acionista com foto;
- (ii) Pessoa Jurídica: (a) cópia do estatuto social ou contrato social consolidado, conforme aplicável, bem como dos documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (b) cópia do documento de identidade oficial, com foto, do(s) respectivo(s) representante(s) legal(is);
- (iii) Fundo de Investimento: (a) cópia do regulamento consolidado do fundo de investimento; (b) cópia do estatuto ou contrato social do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, bem como os documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) cópia do documento de identidade oficial, com foto, do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor do fundo;
- (iv) Acionistas que forem representados por meio de procuração: além dos documentos indicados acima, conforme o caso, deverá ser apresentada (a) procuração, outorgada há menos de 1 ano para um procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira (exceto por procurações outorgadas

nos termos do §7º, do art. 118, da Lei das S.A.), cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, de acordo com o previsto no art. 126, §1º, da Lei das S.A. Os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados por procurador constituído conforme seus estatutos/contratos sociais, não sendo obrigatório que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira. A procuração deverá ter sido outorgada por escrito e, em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406/02, deverá conter a indicação dos respectivos lugares onde foi outorgada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos; e (b) cópia do documento de identidade, com foto, do procurador e/ou atos societários pertinentes do procurador, conforme o caso; e

- (v) Acionistas estrangeiros: deverão apresentar a mesma documentação aplicável aos acionistas brasileiros. Excepcionalmente para esta AGO, a Companhia dispensará a notariação e consularização ou apostilamento dos documentos lavrados em língua estrangeira, bem como a tradução juramentada, bastando apenas a tradução livre para o português. O acionista permanecerá responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados.

4.2 Participação por meio de Boletim de Voto

Em atendimento ao disposto nos arts. 26 e seguintes da Resolução CVM 81, a Companhia assegurará aos seus acionistas a possibilidade de votar a distância nas matérias da ordem do dia da AGO por meio de Boletim de Voto.

O modelo do Boletim de Voto para a participação da AGO encontra-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nos *websites* da Companhia (www.ri.westwing.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

Para que o Boletim de Voto seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam computados no quórum da AGO, deverão ser observadas as seguintes instruções: (i) todos os campos do Boletim de Voto deverão estar devidamente preenchidos; (ii) todas as páginas do Boletim de Voto deverão ser rubricadas; e (iii) a última página do Boletim de Voto deverá ser assinada pelo acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso, nos termos da legislação aplicável.

A Companhia informa, ainda, que os campos não preenchidos serão considerados como instrução equivalente à abstenção de voto em relação às respectivas matérias.

A partir desta data, os acionistas da Companhia poderão, alternativamente à participação por meio do Sistema Eletrônico, preencher o Boletim de Voto, observadas as orientações acima, e enviá-lo diretamente à Companhia, ou transmitir instruções de preenchimento ao Escriturador, aos Agentes de Custódia ou diretamente à B3.

As instruções de voto deverão ser recebidas pela Companhia, pelo Escriturador ou pelos Agentes de Custódia, conforme o caso, no prazo de até 4 (quatro) dias antes da data da AGO (ou seja, até o dia 26 de abril de 2026, inclusive). Ressalta-se que o dia 26 de abril de 2026 (inclusive) corresponde ao prazo final para o recebimento do Boletim de Voto, e não para a sua postagem.

Caso o Boletim de Voto seja recebido após o dia 26 de abril de 2026, os votos não serão computados, salvo se prazo diverso for estabelecido pelo Escriturador, pelos Agentes de Custódia ou pela B3 para os Boletins de Voto enviados a eles, caso em que deverá ser observado o respectivo prazo por eles definido.

Excepcionalmente para esta AGO, a Companhia dispensará a apresentação dos originais, o reconhecimento de firma dos Boletins de Voto assinados no território brasileiro, bem como a notariação, apostilamento e tradução juramentada (bastando apenas a tradução livre), daqueles assinados no exterior. O acionista permanecerá responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados.

4.2.1. Mediante envio do Boletim de Voto preenchido e assinado diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por meio do envio do Boletim de Voto diretamente à Companhia deverá encaminhar os seguintes documentos aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores, por meio do endereço eletrônico ri@westwing.com.br:

- (i) Boletim de Voto devidamente preenchido, rubricado e assinado, em conformidade com os documentos de representação; e
- (ii) os documentos descritos no item 4.1.1 acima, conforme aplicável.

Conforme disposto no art. 46, da Resolução CVM 81, em até 3 (três) dias contados da data de recebimento de referidos documentos, a Companhia informará ao acionista, por meio do endereço indicado no respectivo Boletim de Voto:

- (i) a confirmação do recebimento do Boletim de Voto acompanhado de documentação suficiente para a validação do voto; ou
- (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim de Voto ou dos documentos que o acompanham, descrevendo, desde que haja tempo hábil, os procedimentos e prazos necessários para sua regularização.

4.2.2. Mediante instruções de voto transmitidas ao Escriturador

Os acionistas que optarem por exercer seus direitos de voto a distância por meio do Escriturador das ações da Companhia, BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM, nos termos do art. 27 da Resolução CVM 81, deverão realizar cadastro e possuir certificado digital para realizar a transmissão de suas instruções de voto.

Informações sobre o cadastro e procedimento para emissão do certificado digital estão disponíveis no endereço eletrônico do Escriturador: escrituracao.acao@btgpactual.com.

4.2.3. Mediante instruções de voto transmitidas aos Agentes de Custódia ou diretamente à B3

Essa opção destina-se exclusivamente aos acionistas detentores de ações depositadas com Agentes de Custódia na B3.

Nessa hipótese, o voto a distância deverá ser exercido de acordo com os procedimentos adotados pelos respectivos Agentes de Custódia ou pela B3, por meio do canal B3 Investidor.

O acionista titular de ações depositadas no depositário central da B3 que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá transmitir sua instrução de voto ao respectivo Agente de Custódia ou diretamente à B3, conforme aplicável, observadas as orientações constantes do Boletim de Voto.

Os Agentes de Custódia encaminharão as instruções de voto recebidas à Central Depositária da B3, responsável pela consolidação dos votos.

Considerando que a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de voto é facultativa para os Agentes de Custódia, recomenda-se que o acionista verifique previamente se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais são os procedimentos, documentos e prazos por ele exigidos.

4.3. Considerações adicionais

A Companhia, esclarece, ainda, que:

- (i) caso seja verificada divergência entre o Boletim de Voto recebido diretamente pela Companhia ou pelo depositário central e a instrução de voto constante do mapa de votação proveniente do Escriturador para um mesmo número de inscrição no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), prevalecerá a instrução de voto encaminhada pelo Escriturador, conforme previsto no art. 48, §2º, da Resolução CVM 81;
- (ii) conforme disposto no art. 44 da Resolução CVM 81, a Central Depositária da B3 desconsiderará eventuais instruções de voto divergentes emitidas para a mesma deliberação por um mesmo CPF ou CNPJ;
- (iii) durante o período de votação à distância, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, sendo considerada válida, para fins do mapa de votação da Companhia, a última instrução de voto apresentada;
- (iv) uma vez encerrado o prazo de votação a distância (isto é, 26 de abril de 2026), o acionista não poderá alterar suas instruções de voto, salvo se participar na AGO, de

forma digital ou por meio de procuração, hipótese em que serão desconsideradas as instruções de voto enviadas por meio do Boletim de Voto;

(v) conforme disposto no art. 49 da Resolução CVM 81, as instruções de voto a distância permanecerão válidas na hipótese de eventual adiamento da AGO ou realização em segunda convocação, desde que ocorram no prazo de 30 (trinta) dias da data originalmente prevista e o conteúdo do Boletim de Voto não tenha sido alterado; e

(vi) nos termos do art. 28, §2º, da Resolução CVM 81, o acionista poderá: (a) apenas acompanhar a AGO, independentemente de ter enviado Boletim de Voto; ou (b) participar e votar na AGO, hipótese em que as instruções de voto anteriormente enviadas por meio do Boletim de Voto serão desconsideradas pela mesa, nos termos do art. 48, §5º, II, da Resolução CVM 81.

Anexo I – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

Item 2 do Formulário de Referência da Companhia

(conforme art. 10, III, da Resolução CVM 81)

(O anexo inicia na próxima página)

2.1 - Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário de Referência devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos pela Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras da Companhia ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações da Companhia.

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Os recursos em caixa, provenientes do IPO da Companhia, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2025, o ativo circulante da Companhia era de R\$ 184.374 mil, superior ao passivo circulante, que era R\$ 67.888 mil, representando um índice de liquidez corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 2,72.

Conforme demonstrado na Seção 2.1 (f), a Companhia não possuía dívida em 31 de dezembro de 2025.

A capacidade da Companhia em honrar com os compromissos também está demonstrada em seu índice de liquidez total (representado pela divisão do total do ativo pelo total do passivo), de 3,54 em 31 de dezembro de 2025, representando a manutenção da capacidade de honrar os seus compromissos.

(b) estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender as demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de crescimento.

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 220.337 mil positivo. Referido montante decorreu do aumento de prejuízos acumulados entre os períodos.

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2025, a seguinte estrutura de capital entre capital próprio e de terceiros, que é condizente, na visão da Diretoria, com as atividades da Companhia, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	2025
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	86.702
Capital próprio (patrimônio líquido)	220.337
Capital total (terceiros + próprio)	307.039
Parcela de capital de terceiros	28,24%
Parcela de capital próprio	71,76%

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista a capacidade da Companhia de captar novos recursos provenientes de investimentos, empréstimos e financiamentos, além do próprio acesso ao mercado de capitais, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos até a data deste Formulário de Referência, sendo possível ainda a captação de recursos adicionais, caso haja necessidade.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as necessidades de recursos da Companhia foram financiadas pela sua robusta posição de caixa, proveniente de recursos injetados pelo IPO realizado pela Companhia. Assim, considerando que atualmente a Companhia não possui saldos de empréstimos e financiamentos em seu balanço, juntamente com os robustos saldos de caixa e equivalentes de caixa disponíveis, a Companhia acredita que terá liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir seus custos, despesas operacionais e financeiras e investimentos pelos próximos 12 meses, embora não se possa

garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso entenda necessário contrair empréstimos para financiar as suas atividades e investimentos, a Companhia acredita ter capacidade para contratá-los.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia decorreu do capital próprio levantado no IPO da Companhia.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando os recursos levantados no IPO e, caso necessário, empréstimos e financiamentos de terceiros como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não aplicável, uma vez que, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía empréstimos e financiamentos contratados.

(g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável, uma vez que, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía empréstimos e financiamentos contratados.

(h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

A seguir, são apresentados os valores relativos à demonstração de resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2025.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2025

(em milhares de Reais, exceto se indicado diversamente)	No exercício social findo em 31 de dezembro de				
	31/12/2025	AV%	AH%	31/12/2024	AV%
Receita operacional líquida	150.962	100,0%	-10,0%	167.739	100,0%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-91.297	-60,5%	-9,3%	-100.673	-60,0%
	-			-	
Lucro bruto	59.665	39,5%	11,0%	67.066	40,0%
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	-52.897	-35,0%	17,0%	-45.203	-26,9%
Despesas gerais e administrativas	-48.375	-32,0%	-34,8%	-74.247	-44,3%
Outras despesas operacionais, líquidas	11.433	7,6%	-8,3%	12.474	7,4%
	-			-	
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social	-30.174	20,0%	24,4%	-39.910	23,8%
Receita financeira	22.505	14,9%	26,9%	17.739	10,6%
Despesas financeiras	-2.664	-1,8%	-33,9%	-4.029	-2,4%
Resultado financeiro	19.841	13,1%	44,7%	13.710	8,2%
	-			-	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-10.333	-6,8%	60,6%	-26.200	15,6%
Imposto de renda e contribuição social	420	0,3%	-34,4%	640	0,4%
	-			-	
Lucro líquido (prejuízo)	-9.913	-6,6%	61,2%	-25.560	15,2%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 150.962 mil, comparativamente a R\$ 167.739 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução de R\$ 16.777 mil, ou 10,0%, decorrente tanto da menor demanda por itens de casa e decoração durante os últimos anos, em função da antecipação de demanda ocorrida na pandemia em 2020 e 2021, assim como pela decisão da Companhia da retirada da oferta produtos que tivessem margem de contribuição negativa.

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados no exercício social findo em 31 de

dezembro de 2025 foi de R\$ 91.297 mil, comparativamente a R\$ 100.673 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução de R\$ 9.376 mil, ou 9,3%. O custo dos produtos vendidos e serviços prestados representava 60,5% e 60,0% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, com aumento de 0,5% em função dos maiores níveis de alavancas comerciais aplicados, especialmente durante o final do ano.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 59.665 mil, comparativamente a R\$ 67.066 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução de 11,0% ou R\$ -7.401 mil. A Margem Bruta foi de 3,5%, representando uma redução de 0,5p.p. a.a, impactada negativamente pelos maiores níveis de alavancas comerciais aplicados.

Despesas com vendas

As despesas com vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 52.897 mil, comparativamente a R\$ 45.203 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de R\$ 7.693 mil, ou 17,0%. As despesas com vendas representavam 35,0% e 26,9% da receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, com aumento apenas em função de realocação entre linhas de despesas, uma vez que ocorreu redução no total de despesas operacionais da Companhia entre os períodos.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 48.375 mil, comparativamente a R\$ 74.247 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando redução de R\$ 25.871 mil, ou 34,8%. As despesas gerais e administrativas representavam 32,0% e 44,3% da receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. A redução deve-se principalmente pelos esforços da Companhia durante o período de redução de consumo de caixa e ganhos de eficiência.

Outras despesas operacionais, líquidas

Outras despesas operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram de saldo positivo de R\$ 11.433 mil, comparativamente a R\$ 12.474 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando redução de R\$ 1.041 mil, ou 8,3%. As outras despesas operacionais representavam 7,6% e 7,4% da receita operacional líquida nos

exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. A constituição de saldo positivo na linha de outras receitas em 2025 e 2024 é em função do levantamento de créditos tributários extemporâneos.

Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social

O lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 30.174 mil negativo, comparativamente a R\$ 39.910 mil negativo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando uma melhoria de R\$ 9.736 mil, ou 24,4%. Tal melhoria deve-se especialmente à redução do nível de despesas do período.

Resultado financeiro

O resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi uma receita de R\$ 19.841 mil, comparativamente a uma receita de R\$ 13.710 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de R\$ 6.131 mil. O resultado financeiro líquido representava 13,1% e 8,2% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. A variação deve-se especialmente à contabilização de atualização monetária referente a créditos tributários extemporâneos.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

O prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 10.333 mil, comparativamente a um prejuízo de R\$ 26.200 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando uma melhoria no prejuízo de R\$ 15.867 mil. Tal melhoria deve-se tanto à redução do nível de despesas do período, assim como ao melhor resultado financeiro.

Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi uma receita de R\$ 420 mil, comparativamente a uma receita de R\$ 640 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução de R\$ 220 mil. O imposto de renda e contribuição social representavam 0,3% e 0,4% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. A variação líquida se deve principalmente à menor base tributável em 2025.

A Administração, com base nos resultados de 2024 e 2025 e nas projeções de resultado para os próximos cinco anos, avaliou que a realização dos prejuízos fiscais e bases negativas de

contribuição social é provável no longo prazo.

Lucro líquido (prejuízo) do período

O prejuízo líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 9.913 mil, comparativamente a um prejuízo de R\$ 25.560 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando uma melhora de R\$ 15.647 mil. O prejuízo líquido representava 6,6% e 15,2% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respectivamente. Apesar da redução em receita líquida, o prejuízo apresentou evolução positiva especialmente devido à redução dos níveis de despesas no período e do maior resultado financeiro do período.

FLUXO DE CAIXA

A seguir, são apresentadas as variações nas demonstrações do fluxo de caixa da Companhia relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

ANÁLISE COMPARATIVA DA LIQUIDEZ E FONTE DE RECURSOS (DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO) DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Em R\$ milhares	No exercício social findo em 31 de dezembro de					
	31/12/2025	AV	AH	31/12/2024	AV	
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	3.287	-58,8%	-398,3%	-1.102	8,9%	
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	159	-2,8%	-109,0%	-1.769	14,3%	
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento	-9.034	161,7%	-5,3%	-9.541	76,9%	
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	-5.588	100,0%	-55,0%	-12.412	100,0%	

Fluxo de caixa aplicado das atividades operacionais

O fluxo de caixa aplicado pelas atividades operacionais totalizou um saldo positivo de R\$ 3.287 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado a um saldo negativo de R\$ 1.102 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, advindo principalmente do maior resultado do período.

Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos

O caixa líquido gerado nas atividades de investimentos totalizou R\$ 159 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado a R\$ 1.769 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, com aumento especialmente em função do resgate de aplicações financeiras dadas como garantia.

Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos totalizou saldo negativo de R\$ 9.034 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado a R\$ 9.541 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, refletindo a manutenção do resultado nessa linha, que em 2025 representou apenas o impacto do IFRS16.

2.2 - Os diretores devem comentar:

(a) resultados das operações do emissor, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Abaixo, a abertura da receita líquida de vendas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025:

O principal componente de nossa receita compreende a comercialização de móveis, artigos para decoração, roupas e acessórios majoritariamente por meio de nosso *website* e de nossas plataformas para aplicativos *mobile*. O grande diferencial da composição de vendas é o fato de que, todos os dias, novos produtos são disponibilizados para venda, ampliando o tráfego de clientes no site e o volume de vendas.

Outro componente de nossa receita refere-se a comissões de intermediações de vendas, que são realizadas pelo site da Companhia. Os valores relativos a essa venda são repassados ao fornecedor, descontada a comissão de intermediação da Companhia.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Como temos uma atividade de varejo, os resultados de nossas operações são fortemente dependentes das condições macroeconômicas do Brasil e permanecem influenciadas pelos seguintes fatores:

- crescimento real do Produto Interno Bruto ("**PIB**") e poder de compra do consumidor: o consumo das famílias compõe mais de 60% do PIB brasileiro, sendo este um termômetro preciso para medir o desempenho da atividade econômica do país, principalmente do varejo. O PIB apresentou as seguintes variações nos anos de 2025, 2024 e 2023: 2,3%, 3,5% e 2,9%, respectivamente;
- inflação: impacta diretamente nossas despesas, como salários, contratos de aluguéis, frete e materiais de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente por meio de índices como INPC, IGP-M e IPCA. O IPCA, inflação oficial do Brasil, apresentou variação de 6,01% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- Sazonalidade: o varejo apresenta forte sazonalidade, com trimestres bem distintos, sendo o segundo semestre mais forte em vendas, especialmente no quarto trimestre em função da Black Friday, data relevante para o varejo; e
- comportamento do consumidor: mudanças em tendências de consumo, inovações, e

satisfação de nossos clientes podem afetar nossa oferta de produtos e geração de receitas.

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A receita de venda de móveis e objetos de decoração da Companhia não está diretamente relacionada, ou indexada, a taxas de câmbio, taxas de inflação e taxas de juros, sendo as variações desta receita resultantes de: (i) variações de preços dos produtos; e (ii) variações das quantidades de mercadorias vendidas. Os principais fatores que afetam nossos preços de venda são alterações na legislação tributária e variações nos preços de mercadorias adquiridas.

A receita de intermediação da Companhia tem variações diretamente atribuíveis ao volume de transações realizadas em sua plataforma (*drop-shipping*), o que, com o foco da Companhia de redução de estoques, teve aumento ao longo do período, uma vez que o drop-shipping não tem impacto em estoque.

(c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

As variações nas taxas de inflação impactam diretamente nosso resultado operacional. Os principais componentes afetados são:

- as despesas de aluguel de imóveis, cujos contratos, em sua maioria, são corrigidos periodicamente por índices atrelados à inflação;
- a folha de pagamento, por conta de reajustes salariais motivados por acordos sindicais ou previstos em lei; e
- o rendimento das aplicações financeiras.

2.3 - Os diretores devem comentar:

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Os Diretores da Companhia avaliaram as normas, orientações e pronunciamentos contábeis que passaram a vigorar pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025 e informam que não houve mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 deste Formulário de Referência, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício de 2025 foi emitido sem ênfases e ressalvas.

2.4 - Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conforme alterada, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido (prejuízo) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ("**Práticas Contábeis Adotadas no Brasil**") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("**IFRS**"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("**IASB**"), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional ou como substituto ao fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA não possui um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e da Margem EBITDA da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025:

Medições não contábeis (R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025
EBITDA	-16.290
Margem EBITDA	-10,79%

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA e Margem EBITDA

A tabela abaixo apresenta o EBITDA e a Margem EBITDA apresentados pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025:

Cálculo do EBITDA (R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025
Lucro líquido (prejuízo) do período / exercício	-9.913
(+) Resultado financeiro líquido	-19.841
(+) Depreciação e amortização	13.884
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	-420
EBITDA	-16.290
Receita operacional líquida	150.962
Margem EBITDA	-10,79%

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA e a Margem EBITDA são utilizados como medidas de desempenho pela administração da Companhia, por ser uma medida prática para aferir o desempenho operacional da Companhia, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar seus resultados, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros e outros impactos. O EBITDA e a Margem EBITDA são informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizados em substituição às nossas informações financeiras auditadas ou revisadas pelos nossos auditores.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, emitidas pelo IASB, e não devem ser considerados como alternativas ao lucro líquido ou como medidas de desempenho operacional, fluxo de caixa operacional ou liquidez, dentre outros. O EBITDA e a Margem EBITDA apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em função de desconsiderar as despesas de depreciação e amortização, receitas e despesas financeiras e impostos, que afetam nossos lucros.

2.6 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não ocorreram eventos subsequentes divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.7 – Destinação de resultados

	2025	
a. regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido do exercício: (i) 5% serão destinados à reserva legal, até que atingidos os limites legais; (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendo obrigatório; e (iii) até 75% poderão ser retidos com base em orçamento de capital e/ou destinados à constituição de reserva de investimento sendo que o saldo das reservas de lucros, não excederá o valor do capital social. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, que não seja destinado nas formas acima descritas, será capitalizado ou distribuído aos acionistas como dividendo complementar. O Estatuto Social da Companhia encontra-se disponível para consulta nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e na página de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.westwing.com.br/) na aba "Governança Corporativa" e no ícone "Estatutos, Códigos e Políticas".	
	a.i. Valores das Retenções de Lucros	R\$ 0,00, uma vez que foi apurado prejuízo no exercício social de 2025.
	a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	N/A
b. regras sobre distribuição de dividendos	O artigo 28 do estatuto social da Companhia prevê que 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório. Adicionalmente, a Companhia poderá pagar dividendos à conta de sua reserva de investimentos. Por fim, a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio. Os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social serão computados, por seu valor líquido, para satisfação do dividendo obrigatório do exercício social em que forem distribuídos e serão creditados como antecipação do dividendo obrigatório. Não houve a distribuição de dividendos obrigatórios referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em	

	2025
	razão de prejuízo no exercício.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	A periodicidade de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também, a Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores, caso a Diretoria opte por declarar dividendos à conta do lucro apurado em tais balanços, obedecidos os limites legais, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas. Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. política de destinação de resultados	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política específica que tratasse sobre destinação de resultados.

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(iii) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há outros itens não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

2.10 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou investimentos no montante de R\$ 2,3 milhões, voltados principalmente para tecnologia, com foco em projetos para suportar crescimento de receita.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente pela geração de caixa e pelos recursos levantados pelo IPO.

(ii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, em seu plano de negócios, desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia não possui pesquisas em andamento.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Atualmente a Companhia trabalha com 3 relevantes oportunidades de negócio dentro do universo ASG:

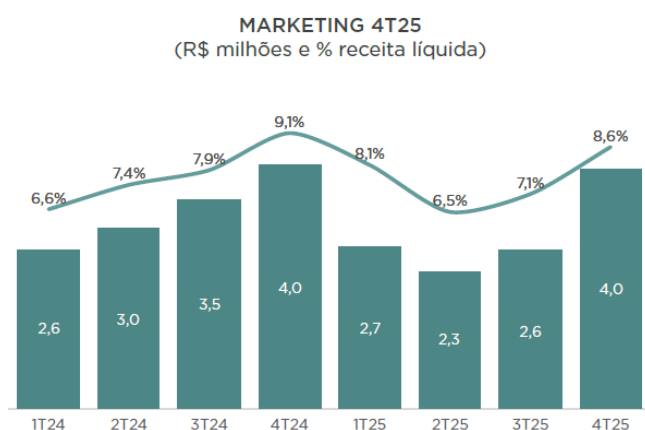
- (i) Temos ofertas com fornecedores sustentáveis, seja em forma de produtos veganos, com selo *cruelty free* ou com produção ecologicamente responsável. Nossa estratégia é aumentar cada vez mais a oferta de produtos sustentáveis nas campanhas; e
- (ii) Trabalhamos constantemente para redução do consumo de plástico em nossas embalagens. Nossos fornecedores de embalagens têm certificação ambiental (FSC) e fazemos o envio de todo o descarte de caixas em geral, copo plástico, refugos de etiqueta, entre outros, para um centro de reciclagem. Para a Companhia, qualidade, design e materiais das nossas embalagens são diferenciais de comunicação com nossos clientes.

2.11 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

A Companhia manteve o foco dos investimentos em eficiência na alocação de recursos e priorização de categorias estratégicas, especialmente produtos Private Label. Isso resultou em uma MC2 pós investimentos de marketing sobre GMV de 4,9%, sendo +1,1pp vs 4T24, indicando maior assertividade dos investimentos junto à estratégia comercial.

Em conteúdo e branding, destacamos a parceria com a Casa de Francisca para a inauguração da Sala B no Palacete Tereza, em São Paulo. A colaboração reforça o posicionamento da Westwing na interseção entre arquitetura e design autoral, com curadoria de mobiliário da Westwing Collection em um espaço que valoriza estética, acolhimento e funcionalidade. A iniciativa amplia a presença da marca em projetos que evidenciam o design como elemento central da experiência do espaço, fortalecendo sua proposta de valor baseada em qualidade, pesquisa e identidade própria. Além dessa parceira, destacamos também a collab muito bem sucedida com Isabela de Oliveira, que aconteceu no 3T25.

A série Westwing Visita permanece como pilar importante da estratégia de marca. No 4T25, foram publicados 2 episódios, que somaram mais de 1,2 milhão de visualizações, 4,7 milhões de impressões, 28,1 mil horas de conteúdo consumidas e 2,2 mil novos inscritos no período. A frente segue em trajetória de crescimento e consolida o canal como um dos principais do segmento de casa&decor em engajamento orgânico, reforçando posicionamento e conexão com a audiência. Assim, combinando performance, conteúdo e posicionamento, a estratégia de marketing da Companhia segue orientada para equilibrar crescimento orgânico e retorno sobre investimento, fortalecendo a construção de marca e o engajamento de clientes em todos os canais.



No 4T25, o investimento em marketing foi de 8,6% da receita líquida (+0,5pp vs 4T24), atingindo R\$ 4,0 milhões, representando uma redução de 1,8% aa nos níveis de investimento, o que, se comparado com a performance de GMV (+4,0% aa no período), demonstra a constante melhoria de eficiência nos investimentos. Outro

indicador importante da assertividade da estratégia de marketing é a MC2 pós investimentos, que obteve crescimento 34,4% aa (+1,1pp) no 4T25 e 70,7% aa (+2,8pp) no consolidado de 2025, demonstrando também que os investimentos tem reforçado a estratégia comercial da Companhia.

A estratégia de marketing segue orientada para o fortalecimento de marca e atuação no topo de funil, com foco na captura de first-time buyers e na construção de um crescimento saudável e sustentável de GMV, ampliando a base de clientes e fortalecendo a recorrência ao longo do tempo.

**ANEXO II – CANDIDATOS INDICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PARA O CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO**

Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência da Companhia

(conforme art. 11, I, da Resolução CVM 81 c/c Anexo C da Resolução CVM 80)

(O anexo inicia na próxima página)

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Nome LUCIANO MATHIA PENHA **CPF:** 032.540.306-64 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis** Administrador **Data de** 27/06/1977
são: **Nascimento:**

Experiência Profissional: O Sr. Luciano é graduado em Administração com especialização em Marketing pela ESAMC/ESPM, possui MBA em Gestão de Negócios pela FGV e Pós-MBA pela Fundação Dom Cabral e Northwestern University (Kellogg School of Management). Profissional com 20 anos de experiência em gestão de pessoas e negócios, já tendo ocupado o cargo de Diretor Comercial e Vice-Presidente da Policard, onde atuou por mais de 20 anos e capitaneou a venda da empresa para o Grupo Up, permanecendo por mais 4 anos como Diretor Geral do Grupo Up. Atualmente é investidor e empreendedor no mercado de capitais, imobiliário e de consultoria.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	AGO 2028	Conselho de Administração		30/04/2026	Não	15/09/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

O Sr. Luciano não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Nome PEDRO TAVARES MARTINS

CPF: 839.443.707-91

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Empresário

Data de Nascimento: 21/11/1964

Experiência Profissional: O Sr. Pedro Martins é formado em Engenharia Elétrica pela PUC_RJ, com mestrado em economia pela EPGE-FGV-RJ, EMBA pela COPPEAD-UFRJ e AMP pelo IESE Business School de Barcelona. Pedro iniciou sua carreira em 1992 como analista de finanças corporativas no BFC Banco de investimento. Em 1996 foi contratado como gerente da Ernst & Young na área de consultoria financeira. Deixou a Ernst Young para se juntar por 10 anos ao projeto da Globalstar do Brasil – multinacional que atua na área de telecomunicações, onde atuou como CFO e COO. Foi sócio fundador da ASK Gestora de Recursos entre 2009 à 2016. Desde 2016 faz parte do comitê executivo do ISE Business School.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	AGO 2028	Conselho de Administração		30/04/2026	Não	26/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

O Sr. Pedro não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Nome: ROBERTO SZACHNOWICZ **CPF:** 084.344.198-40 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 16/05/1968

Experiência Profissional: O Sr. Roberto é graduado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP, com Mestrado em Administração de Empresas pela FEA-USP e MBA pelo INSEAD (França). Possui diversos cursos complementares em governança corporativa, finanças, *valuation* e empresas familiares em instituições como FGV, IBGC, FDC e INSEAD. Possui mais de 30 anos de experiência executiva e como conselheiro, com sólida atuação em *turnaround*, reestruturação operacional e financeira, M&A e governança corporativa em empresas de capital aberto e fechado. Iniciou sua carreira na LVMH Louis Vuitton Moët Hennessy e passou por empresas como Tigre S.A., Satipel S.A., Dexco S.A., DPaschoal, ETNA Móveis, Vivara e Tok&Stok. Atualmente, atua como conselheiro de administração em diversas empresas.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	AGO 2028	Conselho de Administração (Independente)		30/04/2026	Não	30/04/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

O Sr. Roberto é considerado independente de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado e do Anexo K da Resolução CVM nº 80/2022. Adicionalmente, o Sr. Roberto não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Nome RICARDO MAGALHAES GOMES **CPF:** 014.729.747-86 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro elétrico **Data de Nascimento:** 27/08/1970

Experiência Profissional: O Sr. Ricardo atua como Sócio sênior da Argucia Capital Management desde 2005. Atuou como Superintendente de Investimentos da Mellon Global Investments Brasil (Portfolio Manager), sendo responsável pela área de renda variável no período de 1998 a 2005. Anteriormente, em 1997, trabalhou no Brookfield Asset Management (Banco Brascan), onde posteriormente foi responsável pela transferência dos fundos para a joint venture que criou a Mellon Brascan Asset Management, que se tornou a BNY Mellon Arx. Entre 1994 e 1997 trabalhou no Banco Gulfinvest gerindo operações de renda variável para a tesouraria do banco e a carteira dos fundos de renda variável. Entre 1992 e 1994 trabalhou no Banco Nacional como Analista.

Ricardo Magalhães é graduado em Engenharia Eletrica, ênfase em Sistemas (1992) pela PUC-Rio, com Pós-graduado em Engenharia Financeira pela PUC-Rio em 2000. É Mestre em Engenharia de Produção (concentração em análise de Investimentos e Finanças) pela PUC-Rio (Julho/2003). Kursou o PEC em Direito Societário e Mercado de Capitais na FGV Direito Rio em 2003. É graduado no OPM pela Harvard Business School. Atuou como Conselheiro Fiscal da Refinaria Ipiranga em 2007/2008 e do Conselho Fiscal da Contax 2010 / 2011. CESP 2018/19, Smiles Fidelidade de 2018 a 2021, e Neoenergia Elektro Redes desde 2018. Foi membro do Conselho de administração da Caixa Econômica Federal desde Fevereiro de 2022 a junho de 2023. Detém a certificação CFA outorgada pela CFA Institute e é membro do: CFA Society Brazil.

Ricardo participou dos Comitê de Fundos de Ações da ANBIMA e da Comissão técnica da AMEC e é membro do comitê de governança global da Entrepreneurs Organization, e foi presidente e diretor financeiro do capítulo do Rio de Janeiro da Entrepreneurs Organization.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	AGO 2028	Presidente do Conselho de Administração		30/04/2026	Não	27/07/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

O Sr. Ricardo não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Experiência Profissional: A Sra. Natalia é graduada em Economia pela Novosibirsk State University e possui mestrado em Economia pela Universidade de São Paulo (USP). Atuou como Managing Director e Portfolio Manager no CPP Investment Board e, anteriormente, ocupou posições de liderança no Banco Bradesco, incluindo Head of Equity and Credit Research e Portfolio Manager de ações para a América Latina. Previamente, foi Head of Latam Equities no HSBC por mais de 12 anos. Detém certificações relevantes do mercado financeiro, como CGA e CPA-20, ambas pela ANBIMA.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	AGO 2028	Conselho de Administração (Independente)		30/04/2026	Não	30/04/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

A Sra. Natalia é considerada independente de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado e do Anexo K da Resolução CVM nº 80/2022. Adicionalmente, a Sra. Natalia não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor;

b.(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;

c.(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;

d.(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Não aplicável.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre candidatos ao conselho de administração do emissor e (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social; (b) controlador direto ou indireto do emissor; e (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável.

**ANEXO III – CANDIDATOS INDICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PARA O
CONSELHO FISCAL**

Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência da Companhia

(conforme art. 11, I, da Resolução CVM 81 c/c Anexo C da Resolução CVM 80)

(O anexo inicia na próxima página)

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Nome	ROBERTO CHRISTIANO GASPAR DE OLIVEIRA	CPF:	028.576.616-30	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profissão:	Médico	Data de Nascimento:	08/10/1975
------	--	------	----------------	-------------	--	----------------	--------	------------	--------	---------------------	------------

Experiência Profissional: O Sr. Roberto é um executivo multissetorial com experiência em saúde, tecnologia e aviação. Fundador e CEO da MIMO Benefícios e idealizador da plataforma YouDoctor, liderou grandes equipes médicas e integrou inteligência artificial à saúde. Possui vasta experiência em desenvolvimento de negócios, já tendo atuado por 10 anos como CEO Harpia Jardins, do Grupo Igesp-Trasmontano. Formado em medicina, com residência em Cirurgia Geral e Inteligência Artificial. Fluente em inglês e espanhol, destaca-se por sua liderança, inovação e gestão de operações críticas.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	AGO 2027	C.F. (Suplente)		30/04/2026	Não	22/10/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

O Sr. Roberto não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Nome ROSANA MUNIZ DOS SANTOS LIMA

CPF: 170.837.628-30

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Contadora

Data de Nascimento: 21/03/1974

Experiência Profissional: Rosana Muniz dos Santos Lima, contadora, atuando no mercado contábil-financeiro há 30 anos, iniciando sua carreira profissional na Contábil Excelsior Ltda. Participou da constituição da WNT Gestora, responsável pelo gerenciamento das funções contábeis, fiscais, ativo fixo, finanças e controladoria, departamento pessoal e paralegal do grupo WNT, tornando-se sócia da WNT Participações Ltda. em 2018. Possui experiência em elaboração de fluxo financeiro e controle orçamentário, preparação e análise das demonstrações financeiras segundo os princípios contábeis e atendimento a auditoria interna e externa, elaboração de relatórios gerenciais, controle de contas a pagar, a receber e gestão de caixa, departamento pessoal e atos societários e legislação de impostos diretos e indiretos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	AGO 2027	C.F. (Suplente)		30/04/2026	Não	26/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

A Sra. Rosana não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Nome SEBASTIAN EMILIO
SERVOIN NEUMANN

CPF: 000.000.000-00

Passaporte: G154381-0

Nacionalidade: Chile

Profis são: Engenheiro

Data de Nascimento: 19/08/1982

Experiência Profissional: Sebastian Servoin, engenheiro chileno, com mais de 18 anos de experiência, tem se destacado principalmente na área financeira em empresas multinacionais, abrangendo indústrias como tecnologia, consumo massivo e bebidas. Sua carreira tem sido construída ocupando diversos cargos financeiros, começando na Unilever Chile, onde liderou o planejamento financeiro para funções como Marketing, Vendas e Operações. Como Gerente de Planejamento Financeiro na Vital Berry Chile, ele foi um dos líderes no processo de M&A que resultou na criação da maior empresa local de exportação de berries, com operações na América do Norte, Europa e Asia.

Em 2013, Sebastian iniciou sua trajetória na Bacardi Limited, assumindo o papel de Gerente Financeiro no Chile, onde co-liderou a transformação de negócios que reverteu quedas históricas e permitiu um crescimento sólido de duplo dígito e ganhos de participação de mercado, além de melhorias significativas na margem e no fluxo de caixa. Em 2015, foi transferido para o Brasil como Diretor Financeiro e, posteriormente, para Barcelona, liderando toda a função financeira para a região da Ibéria, que inclui Espanha, Portugal e Andorra. Entre 2018 e 2022, atuou como CFO para a América Latina, e foi peça chave no redesenho da estratégia e execução, o que permitiu dobrar o faturamento e triplicar o lucro líquido da América Latina.

Desde julho de 2022, atua como CEO/Presidente da Bacardi para a América do Sul e é responsável pelas operações na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Paraguai e Peru. Sebastian tem proficiência total em inglês e português além de seu espanhol nativo. Ele é graduado em Engenharia Industrial pela Universidad del Desarrollo no Chile e completou um Programa Executivo de Liderança e Direção Geral na Harvard Business School, Boston, EUA, nos anos de 2021 e 2022, após participar de um programa de treinamento avançado de liderança na Miami Herbert Business School, University of Miami, em 2019.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	AGO 2027	C.F. (Efetivo)		30/04/2026	Não	26/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

O Sr. Sebastian não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Nome SERGIO TUFFY SAYEG

CPF: 935.221.858-20

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador

Data de Nascimento: 30/03/1954

Experiência Profissional: O Sr. Sérgio é formado em administração de empresas e pós-graduado em mercado de capitais pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Professor em cursos de MBA, pós-graduação e educação executiva do Insper, da FIA Business School, do Ibmecc e de entidades do mercado financeiro e de capitais. Qualificado com Certificações por Experiência para Conselheiro de Administração, Conselheiro Fiscal e Comitê de Auditoria pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, e, anteriormente, CNPI – Certificação Nacional do Profissional de Investimentos pela APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais e Certificação Profissional ANBIMA – série 20. Desde 1976, atua nos mercados financeiro, de capitais e corporativo, tendo trabalhado como executivo e diretor no Unibanco, Banco London Multiplic, Banco Safra, Sella DTVM, Banco Fibra, Dresdner Asset Management, Bolsa de Valores de São Paulo, SABESP – Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e FIRB – Financial Investor Relations. Membro Independente do Conselho de Administração da Oliveira Trust S.A. (2021 – atual). Conselheiro Fiscal da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (2018 – atual), do Banco Pine S.A. (2022 e 2024 – atual), da Gafisa S.A. (2024 – atual) e da Westwing Comércio Varejista S.A. (2025). Membro dos Comitês de Auditoria Estatutários da Enauta Participações S.A. (2022 – 2024), do Grupo Educacional Multivix (2021 – 2024), da São Paulo Turismo S.A. (2018 – 2023), da Companhia de Engenharia de Tráfego (2018 – 2023) e do Banco GM S.A. – Chevrolet Serviços Financeiros (2012 – 2018). Conselheiro de Administração da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR (2017) e da Lojas Salfer S.A. (2007 – 2009). Conselheiro Fiscal da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA (2018 – 2023), da CSU Digital S.A. (2008 – 2016, 2018 – 2021), da Enauta Participações S.A. (2014 – 2019, 2021), da Linx S.A. (2018 – 2021), da Eldorado Brasil Celulose S.A. (2017), da Cia. Providência Indústria e Comércio (2012 – 2015), da Marfrig Global Foods S.A. (2010 e 2012) e da CR Almeida S.A. Engenharia e Construções (2011– 2015). Membro do Audit Committee Institute da KPMG, do EY Board Members Program, do Deloitte Boardroom Program e das Comissões de Comunicação e Mercado de Capitais e dos Certificados do IBGC. Conselheiro de Administração (2003 – 2008) e vice-presidente da Comissão Internacional do IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	AGO 2027	C.F. (Suplente)		30/04/2026	Não	25/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

O Sr. Sergio não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Nome STEFANO FURLANI
MALVEZI

CPF: 523.755.708-20

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Bacharel em direito

Data de Nascimento: 17/02/2001

Experiência Profissional: O Sr. Stéfano é formado em Direito pela faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, sócio e head jurídico na WNT Capital, possui experiência em operações estruturadas e distressed assets, responsável pela estruturação de operações de aquisição de companhias, estratégias de risco, conversões de créditos e estruturação de fundos de investimento. Possui experiências em direito empresarial, recuperações judiciais e controles internos no mercado financeiro.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	AGO 2027	C.F. (Efetivo)		30/04/2026	Não	26/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

O Sr. Stéfano não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Experiência Profissional: A Sra. Fernanda é bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), concluiu estudos avançados em Direito Internacional, Empresarial e Integração Econômica Internacional na Universidade de Coruña (Espanha) e especialização em Direito Tributário. Possui formação complementar em Normas Internacionais de Auditoria Financeira pela Controladoria -Geral da União (CGU), Formação e Desenvolvimento de Conselheiro pela Fundação Dom Cabral (FDC) e pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Administração e Negócios pela London School of Economics and Political Science (LSE), Skills for Green Transition – University of Cambridge Judge Business School (CJBS), Governança Corporativa pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Atuação em Conselhos Fiscais em Cooperativa de Crédito pelo Banco Central do Brasil. Com vasta experiência nas áreas de direito societário (Mercado de Capitais), empresarial e registral atua como consultora em sustentabilidade, compliance, análise horizontal de riscos financeiros e regulatórios, due diligence em setores altamente regulados e estruturas financeiras (operações com derivativos). Atualmente é Membro Titular do Conselho Fiscal da D1000 Varejo Farma Participações S.A., Membro da Comissão de Mercado Financeiro da OAB/RJ e do CRC/RJ, Membro da Comissão de Mediação e Arbitragem do CRC-RJ, do Comitê Técnico de Assuntos de Sustentabilidade do Instituto dos Contadores do Brasil e professora de Cursos relacionados com Governança Corporativa, Mercado de Capitais, Assembleia de acionistas e Derivativos na Revista Capital Aberto e outros.

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor;

b.(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;

c.(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;

d.(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Não aplicável.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre candidatos ao conselho de administração do emissor e (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social; (b) controlador direto ou indireto do emissor; e (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável.

**ANEXO IV – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO
DE 2026**

Seção 8 do Formulário de Referência da Companhia

(conforme art. 13, II, da Resolução CVM 81)

(O anexo inicia na próxima página)

8.1 - Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

A Política de Remuneração dos Administradores da Companhia foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de novembro de 2020, e posteriormente atualizada em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de janeiro de 2021 (“**Política de Remuneração**”), e encontra-se disponível para consulta nos websites da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br/>) e na página de relações com investidores da Companhia (www.ri.westwing.com.br), na aba “Governança Corporativa”, e no ícone “Estatuto, Códigos e Políticas”.

A Política de Remuneração objetiva estabelecer as diretrizes que deverão ser observadas quanto à remuneração dos membros do Conselho de Administração, dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal (quando instalado) da Companhia. Adicionalmente, a Política de Remuneração visa a reconhecer e remunerar os administradores da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função e a competência, bem como alinhar os interesses da Administração e os objetivos da Companhia, utilizando como base as melhores práticas adotadas pelo mercado.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

Participam do processo decisório para definir a remuneração individual dos administradores da Companhia os seguintes órgãos: (i) Assembleia Geral; e (ii) Conselho de Administração; conforme indicado abaixo:

Assembleia Geral: responsável por fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado.

Conselho de Administração: responsável pela alocação e distribuição da remuneração entre os Administradores e do Conselho de Administração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para definição da remuneração dos Administradores da Companhia, o Conselho de

Administração realiza pesquisa de mercado periódicas com vistas a identificar os parâmetros de remuneração no segmento de atuação da Companhia.

Referidas pesquisas de mercado consideram as empresas atuantes no segmento e com o mesmo porte da Companhia.

A avaliação da adequação da Política de Remuneração é realizada anualmente, por ocasião da convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, levando-se em consideração as práticas de mercado usualmente aplicadas no setor da Companhia, especialmente em empresas do mesmo porte da Companhia.

(c) composição da remuneração

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A remuneração global dos Administradores poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; (iv) remuneração baseada em ações; e (v) outros que o Conselho de Administração venha a determinar, exceto pelos membros do Conselho Fiscal que, quando instalado, farão jus somente à remuneração fixa.

Remuneração fixa: tem como objetivo a compensação direta (curto prazo) pelos serviços prestados, em linha com as práticas do mercado.

Remuneração variável: alinha-se aos interesses de médio prazo, tem como objetivo direcionar as ações dos administradores ao cumprimento dos objetivos estratégicos da companhia, visando atender seus investidores, clientes e demais *stakeholders*.

Benefícios: corresponde a um pacote de benefícios como assistência médica, assistência odontológica, celular corporativo e vagas de estacionamento, cujo objetivo é oferecer aos Administradores um pacote compatível com a prática de mercado.

Remuneração baseada em ações: tem o condão de promover o crescimento e a lucratividade a longo prazo da Companhia, buscando o alinhamento de objetivos entre os executivos e acionistas.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos três últimos exercícios sociais:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 (% em relação à remuneração total)

Órgão da Administração	Salário Base	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração baseado em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	79%	9%	11%	1%	100%
Diretoria não Estatutária	84%	4%	11%	1%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%	100%
Comitês estatutários	-	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (% em relação à remuneração total)

Órgão da Administração	Salário Base	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração baseado em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	73%	19%	1%	7%	100%
Diretoria não Estatutária	76%	10%	10%	4%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%	100%
Comitês estatutários	-	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (% em relação à remuneração total)

Órgão da Administração	Salário Base	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração baseado em ações	Total
Conselho de Administração	100%	-	-	-	-
Diretoria Estatutária	77%	18%	0%	5%	100%

Diretoria Estatutária	não	75%	13%	8%	4%	100%
Conselho Fiscal		100%	-	-	-	-
Comitês estatutários		-	-	-	-	-

- **metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

A política de remuneração da Companhia foi criada com base nas pesquisas de mercado elaboradas por consultorias especializadas e pela discricionariedade dos Administradores da Companhia, e preveem remunerações fixas e variáveis, os quais são estabelecidos mediante desempenho e cumprimento de metas.

Os valores podem ser reajustados anualmente conforme: (i) meritocracia, (ii) índices oficiais de inflação, e (iii) análise da movimentação salarial de empresas do setor de varejo e de porte comparável ao da Companhia apresentada pelas pesquisas salariais e de benefícios. Adicionalmente, com relação à remuneração fixa dos Administradores, a Companhia ressalta que o salário base segue parâmetros de mercado para as funções de cada membro da Administração, reajustáveis anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Já a remuneração variável é estabelecida em razão de desempenho e atingimento de metas.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Os indicadores de desempenho considerados na remuneração variável dos membros da Administração são indicadores financeiros, tais como, mas não restrito a, EBTIDA, GMV total e das diferentes unidades de negócio, caixa, entre outros. Além destes, a remuneração variável também é vinculada ao alcance de metas individuais, específicas ao papel do Administrador na Companhia.

Atualmente a Companhia não possui nenhum indicador de remuneração ligado às questões de ASG.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração dos Administradores da Companhia consiste em um incentivo para a melhoria de sua gestão e a retenção de seus executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado. Em médio prazo, a

Companhia visa obter tal alinhamento por meio do pagamento de bônus e participação nos resultados da Companhia a determinados colaboradores. Em longo prazo, a Companhia busca reter profissionais qualificados por meio da outorga de remuneração baseada em nossas ações aos colaboradores elegíveis.

Assim, com essa composição da remuneração, buscamos o incentivo na melhoria da nossa gestão e a permanência dos nossos executivos, visando obter ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e pelo desempenho de curto prazo.

Dessa forma, a Política de Remuneração da Companhia visa: (i) a aplicação de critérios e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da Companhia; e (ii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

(iii) membros não remunerados

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência todos os membros da administração da Companhia, independentes ou não, são remunerados.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

8.2 - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração total prevista para o exercício social corrente (31/12/2026) - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00	3,00	11,00
Esclarecimento	-	-	-	-
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.066.000,00	2.029.186,12	195.545,88	3.290.732,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	194.994,3	0,0	194.994,32
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.779.265,2	0,0	1.779.265,21
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				

Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	5.109,2	0,0	5.109,18
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. <u>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</u>	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. <u>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</u>	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. <u>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</u>	-
Total da remuneração	1.066.000,00	4.008.554,83	195.545,88	5.270.100,71

Remuneração do exercício social encerrado em 31/12/2025 - Valores

Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,92	3,00	10,92
Nº de membros remunerados	5,00	2,92	3,00	10,92
Esclarecimento	-	-	-	-
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	906.000,0	2.179.288,8	217.433,4	3.302.722,16
Benefícios diretos e indiretos	0,0	256.278,3	0,0	256.278,25
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	289.780,0	0,0	289.780,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo	0,00	28.274,85	0,0	48.161,82

opções				
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. <u>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</u>	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. <u>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</u>	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. <u>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</u>	-
Total da remuneração	906.000,0	2.753.621,86	217.433,40	3.877.055,26

Remuneração do exercício social encerrado em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,17	3,08	11,25

Nº de membros remunerados	5,00	3,17	3,08	11,25
Esclarecimento	-	-	-	-
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.200.000,00	2.247.821,37	301.658,50	3.749.479,87
Benefícios diretos e indiretos	0,00	259.580,17	0,00	259.580,17
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	665.544,85	0,00	665.544,85
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	151.303,37	0,00	151.303,37
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o	-

	número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. <u>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</u>	número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. <u>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</u>	número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. <u>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</u>	
Total da remuneração	1.200.000,00	3.324.249,76	301.658,50	4.825.908,26

Remuneração do exercício social encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,58	5,17	3,00	13,75
Nº de membros remunerados	4,25	5,17	3,00	12,42
Esclarecimento	-	-	-	-

Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	894.000,01	3.601.795,61	486.889,20	4.982.684,82
Benefícios diretos e indiretos	0,00	318.069,12	0,00	318.069,12
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	940.290,03	0,00	940.290,03
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	242.312,40	0,00	242.312,40
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria	-

	Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. <u>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</u>	Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. <u>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</u>	Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. <u>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</u>	
Total da remuneração	894.000,01	5.102.467,16	486.889,20	6.483.356,37

8.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Previsto para 31/12/2026	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	10,0
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não faziam jus à remuneração variável.	N/A	Os membros do Conselho Fiscal não faziam jus à remuneração variável.	
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	1.779.265,21	N/A	1.779.265,21
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	1.779.265,21	N/A	1.779.265,21
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas	N/A	N/A	N/A	N/A

atingidas				
-----------	--	--	--	--

31/12/2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,92	3,08	10,92
Nº de membros remunerados	0,00	2,92	0,00	2,92
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não faziam jus à remuneração variável.	N/A	Os membros do Conselho Fiscal não faziam jus à remuneração variável.	
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	2.257.337,26	N/A	2.257.337,26
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	2.257.337,26	N/A	2.257.337,26
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	289.780,00	N/A	289.780,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A

Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

31/12/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,17	3,08	11,25
Nº de membros remunerados	0,00	3,17	0,00	3,17
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não faziam jus à remuneração variável.	N/A	Os membros do Conselho Fiscal não faziam jus à remuneração variável.	
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	2.257.337,26	N/A	2.257.337,26
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	2.257.337,26	N/A	2.257.337,26
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	665.544,85	N/A	665.544,85

Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,58	5,17	3,00	13,75
Nº de membros remunerados	0,00	5,17	0,00	5,17
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não faziam jus à remuneração variável.	N/A	Os membros do Conselho Fiscal não faziam jus à remuneração variável.	
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	2.257.337,26	N/A	2.257.337,26
Valor previsto	N/A	2.257.337,26	N/A	2.257.337,26

no plano de remuneração – metas atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	940.290,03	N/A	940.290,03
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) termos e condições gerais

Primeiro Plano de Opções

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram, em razão da sucessão, pela Companhia, de todos os direitos e obrigações de sua incorporada, a Kedar Empreendimentos e Participações S.A., o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações ("**Primeiro Plano de Opções**"), cujo objeto é a outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações de sua emissão a administradores e executivos da Companhia e das demais sociedades do grupo econômico da Companhia.

Segundo Plano de Opções

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de novembro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram o Segundo Plano de Opções de Compra de Ações ("**Segundo Plano de Opções**"), cujo objeto é a outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações de sua emissão, as quais poderão ser outorgadas a administradores, executivos e empregados da Companhia.

Terceiro Plano de Opções

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de novembro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram o Terceiro Plano de Opções de Compra de Ações ("**Terceiro Plano de Opções**" e, em conjunto com o Primeiro Plano de Opções e o Segundo Plano de Opções, "**Planos de Opções**"), cujo objeto é a outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações de sua emissão, as quais poderão ser outorgadas a Diretores e empregados da Companhia ou de outras sociedades direta ou indiretamente sob o seu controle.

Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações (Programa 2024)

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 03 de setembro de 2024, foi aprovado o Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações ("**Programa 2024**"), cujo objetivo é estabelecer os termos e condições das outorgas de opções de compra de ações de emissão da Companhia a administradores, executivos e empregados da Companhia..

(b) data de aprovação e órgão responsável

Primeiro Plano de Opções

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram o Primeiro Plano de Opções.

Segundo Plano de Opções

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de novembro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram o Segundo Plano de Opções.

Terceiro Plano de Opções

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de novembro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram o Terceiro Plano de Opções.

Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações (Programa 2024)

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 03 de setembro de 2024, os conselheiros aprovaram o Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações ("Programa 2024"),

(c) número máximo de ações abrangidas

O Primeiro Plano de Opções prevê o limite global de 8.271.190 ações de emissão da Companhia a serem emitidas em decorrência do exercício das opções de compra no âmbito do Primeiro Plano de Opções, correspondente ao limite do capital autorizado da Companhia. O Primeiro Plano de Opções engloba apenas ações ordinárias.

O Segundo Plano de Opções prevê o limite global de 2.395.634 ações de emissão da Companhia a serem emitidas em decorrência do exercício das opções de compra no âmbito do Segundo Plano de Opções, correspondente ao limite do capital autorizado da Companhia.

As opções outorgadas nos termos do Terceiro Plano de Opções poderão conferir direitos de aquisição/subscrição sobre um número de ações que não exceda 3,0% (três por cento) das Ações representativas do capital social total da Companhia na data de divulgação do anúncio de encerramento da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia, em bases totalmente diluídas considerando todas as opções outorgadas e ainda não exercidas no âmbito dos demais planos de opções aprovados pela Companhia. O Terceiro Plano de Opções engloba ações ordinárias.

O Programa 2024 prevê a outorga de até 1.103.016 (um milhão, cento e três mil e dezesseis) opções. As opções passíveis de outorga no âmbito deste Programa 2024 representam o saldo de opções de compra de ações que (i) ou não foram outorgadas às pessoas elegíveis no âmbito dos Planos de Opções ou dos programas anteriores, ou (ii) foram outorgadas anteriormente, mas deixaram de ser exercidas pelos beneficiários como consequência de seu desligamento, nos termos de seus respectivos contratos. De acordo com os Planos de Opções, em ambos os casos as opções outorgadas tornaram-se novamente disponíveis para futuras outorgas. Em razão disto, as outorgas de Opções no âmbito do Programa 2024 não incrementam o percentual de diluição dos acionistas já aprovado anteriormente pela Assembleia Geral quando da aprovação dos Primeiro, Segundo e Terceiro Planos de Opções, razão pela qual o presente Programa 2024 não depende de nova aprovação ou ratificação pela Assembleia Geral.

O Conselho de Administração selecionará os beneficiários dos Planos de Opção e determinará os termos e condições para outorga das opções, as metas a serem

cumpridas, a quantidade de opções que cada beneficiário pode adquirir, a quantidade de ações que comporão o lote outorgado, os preços e datas de outorga, dentre outros.

As ações correspondentes às opções que forem canceladas, caducarem, expirarem ou prescreverem, por qualquer motivo, não serão computadas para efeitos do limite, ficando novamente disponíveis para futura outorga.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção do Primeiro Plano de Opções dará o direito de aquisição de uma ação de emissão da Companhia. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o saldo das opções outorgadas e não exercidas no âmbito do Primeiro Plano de Opções era de 3.471.455 opções, representando uma diluição máxima total de 3,1% aos acionistas da Companhia.

Cada opção do Segundo Plano de Opções dará o direito de aquisição de uma ação de emissão da Companhia. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o saldo das opções outorgadas e não exercidas no âmbito do Segundo Plano de Opções era de 648.315 opções, representando uma diluição máxima total de 0,6% aos acionistas da Companhia.

Cada opção do Terceiro Plano de Opções dará o direito de aquisição de uma ação de emissão da Companhia. As opções outorgadas nos termos do Terceiro Plano de Opções poderão conferir direitos de aquisição/subscrição sobre um número de ações que não exceda 3,0% (três por cento) das Ações representativas do capital social total da Companhia na data de divulgação do anúncio de encerramento da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia, em bases totalmente diluídas considerando todas as opções outorgadas e ainda não exercidas no âmbito dos demais planos de opções aprovados pela Companhia. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o saldo das opções outorgadas e não exercidas no âmbito do Terceiro Plano de Opções era de 644.245 opções, representando uma diluição máxima total de 0,6% aos acionistas da Companhia.

O Programa 2024 prevê a outorga de até 1.103.016 (um milhão, cento e três mil e dezesseis) opções. Esse limite de opções representam o saldo de opções de compra de ações que (i) ou não foram outorgadas às pessoas elegíveis no âmbito dos Planos de Opções ou dos programas acima, ou (ii) foram outorgadas anteriormente, mas deixaram de ser exercidas pelos beneficiários. Desta forma, as outorgas de opções do Programa 2024 não incrementam o percentual de diluição dos acionistas já aprovado anteriormente pela Assembleia Geral quando da aprovação dos Primeiro, Segundo e Terceiro Planos de Opções.

(e) condições de aquisição de ações

Caberá ao Conselho de Administração aprovar a outorga de Opções, definindo: (i) os beneficiários; (ii) o número de ações da Companhia objeto de cada outorga; (iii) a divisão da outorga em lotes, se for o caso; (iv) os preços de outorga e de exercício, bem como

as condições de seu pagamento; (v) os prazos e condições para o exercício de cada opção; (vi) eventuais restrições à transferência das ações recebidas pelo exercício das opções; e (vii) quaisquer outras condições, critérios e normas específicas relativas a tais outorgas de opções.

A outorga das opções será realizada mediante a celebração de contrato de outorga, no qual serão estabelecidos: (i) o número de ações que o beneficiário terá o direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção; (ii) o preço pela outorga das opções, o preço de exercício por ação e as condições de pagamento; (iii) as condições para aquisição do direito ao exercício das opções, incluindo o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e eventuais metas individuais ou coletivas relacionadas ao desempenho do beneficiário e/ou da Companhia, cujo atingimento poderá ser estabelecido como condição para a aquisição do exercício das opções (*vesting*); (iv) o prazo final para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão; (v) eventuais normas sobre quaisquer restrições à transferência de ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades para o descumprimento das restrições; e (vi) outros termos e condições estabelecidos pelo Conselho de Administração.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Primeiro Plano de Opções

O preço pela outorga, o preço de exercício por ação e as condições de pagamento serão estabelecidos no contrato de outorga. Além disso, o preço pela outorga será calculado por empresa especializada contratada especificamente para este fim pela Companhia, mediante a aplicação de métodos e cálculos financeiros regularmente aceitos pelo mercado de avaliação de ativos e pelo mercado financeiro.

Segundo Plano de Opções

O preço pela outorga, o preço de exercício por ação e as condições de pagamento serão estabelecidos no contrato de outorga. A aquisição das ações dar-se-á mediante o pagamento do preço de exercício, que será estabelecido pelo Conselho de Administração em observância ao disposto no art. 170 da Lei das S.A. Do preço de exercício deverão ser deduzidos os valores por ações declarados pela Companhia a título de proventos, como dividendos e juros sobre capital próprio, no período compreendido entre a data de outorga e a data de exercício das opções.

Terceiro Plano de Opções

O preço pela outorga, o preço de exercício por ação e as condições de pagamento serão estabelecidos no programa e no contrato de outorga. A aquisição das ações dar-se-á mediante o pagamento do preço de exercício estabelecido pelo Conselho de Administração em observância ao disposto no art. 170 da Lei das S.A. Do preço de exercício deverão ser deduzidos os valores por ações declarados pela Companhia a título de proventos, como dividendos e juros sobre capital próprio, no período compreendido

entre a data de outorga e a data de exercício das opções.

Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações (Programa 2024)

O preço pela outorga, o preço de exercício por ação e as condições de pagamento serão estabelecidos no contrato de outorga. A aquisição das ações dar-se-á mediante o pagamento do preço de exercício estabelecido pelo Conselho de Administração em observância ao disposto no art. 170 da Lei das S.A. Do preço de exercício deverão ser deduzidos os valores por ações declarados pela Companhia a título de proventos, como dividendos e juros sobre capital próprio, no período compreendido entre a data de outorga e a data de exercício das opções.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O preço de exercício será estabelecido pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Gestão (neste último caso, quando o preço de exercício se referir à opções outorgadas no âmbito do Terceiro Plano de Opções) em observância ao disposto no art. 170 da Lei das S.A.

(h) forma de liquidação

O preço de exercício será pago pelos beneficiários na forma e prazos determinados pelo Conselho de Administração e fixados em cada contrato de outorga.

(i) restrições à transferência das ações

As opções outorgadas na forma dos Planos de Opção não poderão ser cedidas, alienadas e/ou transferidas por seus titulares a terceiros, a qualquer título, seja em caráter gratuito ou oneroso, bem como não poderão ser objeto de qualquer gravame, oneração ou garantia. As ações adquiridas pelos beneficiários em decorrência do exercício das opções somente poderão ser cedidas, alienadas e/ou transferidas após a quitação integral do preço de exercício e findo o prazo para restrição à venda estabelecido no contrato de outorga, salvo mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração, hipótese em que o produto da venda será necessariamente destinado para quitação do débito do beneficiário junto à Companhia. Caberá ao Conselho de Administração avaliar a conveniência de estabelecer restrições adicionais à alienação das ações adquiridas no âmbito do plano. Ademais, durante o prazo de restrição à venda, os beneficiários não poderão constituir ônus, gravame e/ou prestar garantia com as ações de emissão da Companhia adquiridas mediante o exercício das opções.

Referente ao Programa 2024, há qualquer vedação ou restrição específicos à cessão e transferência das ações após sua transferência ao beneficiário (lock-up), exceto em casos específicos estabelecidos pelo Conselho de Administração ou se o contrato dispuser em contrário. Desta forma, ressalvadas as hipóteses previstas em Lei, na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e/ou na Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia, o beneficiário poderá ceder e transferir livremente suas ações no mercado secundário.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a

suspensão, alteração ou extinção do plano

Primeiro, Segundo e Terceiro Planos de Opções

Desligamento Motivado: Na hipótese de desligamento do beneficiário, motivado por hipóteses previstas no respectivo contrato de outorga, incluindo em decorrência da prática de qualquer ato em violação à Lei, ao Estatuto Social da Companhia, documentos societários de sociedades do grupo econômico da Companhia ou a Acordo de Acionistas, o beneficiário perderá, automaticamente e independentemente de manifestação da Companhia, a totalidade das opções da Companhia que ainda não tiverem sido exercidas, independentemente de terem sido cumpridas ou não as condições de *vesting*, as quais estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos, sem que seja devido qualquer reembolso ou indenização ao Beneficiário no âmbito do Plano;

Desligamento Involuntário, Desligamento Voluntário ou Aposentadoria. Na hipótese de desligamento involuntário sem fundamento na forma do item acima, ou de desligamento voluntário a pedido do próprio beneficiário, ou ainda no caso de sua aposentadoria, o beneficiário (i) perderá, automaticamente e independentemente de manifestação da Companhia, a totalidade das opções da Companhia cujas condições de *vesting* ainda não tenham sido cumpridas, as quais estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos, sem que seja devido qualquer reembolso ou indenização ao beneficiário no âmbito do Plano, e (ii) permanecerá titular das opções cujas condições de *vesting* já tenham sido cumpridas, que poderão ser exercidas na forma e no prazo previstos no respectivo contrato de outorga, após o qual as opções estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos, sem que seja devido qualquer reembolso ou indenização ao beneficiário no âmbito do Plano;

Falecimento ou Incapacidade Permanente: O disposto no item acima será aplicável em caso de incapacidade permanente ou falecimento do beneficiário, cabendo aos sucessores legais do beneficiário ou seu representante legal, neste último caso, o direito de exercer as opções cujas condições de *vesting* já tenham sido cumpridas, que poderão ser exercidas na forma e no prazo previstos no respectivo contrato de outorga, após o qual as opções estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos, sem que seja devido qualquer reembolso ou indenização ao beneficiário no âmbito do Plano; e

Término da Vigência e Extinção do Plano: quando todas as opções outorgadas pela Companhia tenham sido exercidas pelos seus beneficiários, desde que ao menos uma das opções tenha sido efetivamente outorgada ou quando a Assembleia Geral decidir extinguir o respectivo Plano de Opção. O término da vigência não prejudicará as opções outorgadas pela Companhia, mas implicará na perda de validade, revogação e extinção das opções que não forem exercidas pelos beneficiários até o seu respectivo prazo de exercício, conforme o contrato de outorga. Em qualquer das hipóteses de desligamento, os períodos de restrição para a alienação de ações permanecerão em vigor.

Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações (Programa 2024)

Desligamento sem justa causa ou Desligamento por morte ou invalidez: os lotes de opções vestidas poderão ser exercidos no prazo de até 12 (doze) meses contados da data da formalização do desligamento, devendo ser observado o critério estabelecido de Gatilho de Preço Mínimo. Transcorrido o prazo sem que tenha sido atingido o Gatilho de Preço Mínimo ou sem que o beneficiário tenha enviado ao DRI a notificação de exercício, todas as opções caducarão automaticamente, independentemente de qualquer formalização ou notificação.

Com relação ao lote de opções não vestidas cujo período de vesting esteja em curso quando do desligamento, serão calculadas as opções de forma proporcional aos meses transcorridos desde o início do período de vesting para o respectivo lote e até a data do desligamento. Será dado o mesmo tratamento dado aos lotes de opções vestidas, conforme acima, às opções em quantidade proporcional ao período de vesting já transcorrido; à quantidade de opções remanescente, ou seja, proporcional ao período entre a data do desligamento e o fim do respectivo período de vesting, será dado o mesmo tratamento dado aos lotes de opções não vestidas, conforme a seguir.

Os lotes de opções não vestidas caducarão automaticamente na data do desligamento, independentemente de qualquer formalização ou notificação.

Desligamento por justa causa ou Desligamento Voluntário: tanto os lotes de opções vestidas e não exercidas quanto os lotes de opções não vestidas caducarão automaticamente na data do desligamento, independentemente de qualquer formalização ou notificação.

O beneficiário somente fará jus ao recebimento das ações correspondente aos lotes de opções vestidas com relação aos quais já tenha enviado ao DRI a notificação de exercício (e desde que tenham sido verificados todos os demais critérios e condições necessários ao exercício de tais opções vestidas, inclusive, mas não se limitando, ao Gatilho de Preço Mínimo), ainda que não tenham sido realizados os demais atos necessários ao pagamento do preço de exercício e à efetiva transferência das ações ao beneficiário.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Primeiro, Segundo e Terceiro Planos de Opções e Programa 2024

Na hipótese de desligamento do beneficiário, motivado por hipóteses previstas no respectivo contrato de outorga, incluindo em decorrência da prática de qualquer ato em violação à Lei, ao Estatuto Social da Companhia, documentos societários de sociedades do grupo econômico da Companhia ou a Acordo de Acionistas, o beneficiário perderá, automaticamente e independentemente de manifestação da Companhia, a totalidade das opções da Companhia que ainda não tiverem sido exercidas, independentemente de terem sido cumpridas ou não as condições de *vesting*, as quais estarão revogadas e

extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos, sem que seja devido qualquer reembolso ou indenização ao Beneficiário no âmbito do Plano.

Na hipótese de desligamento involuntário sem fundamento na forma do item acima, ou de desligamento voluntário a pedido do próprio beneficiário, ou ainda no caso de sua aposentadoria, o beneficiário (i) perderá, automaticamente e independentemente de manifestação da Companhia, a totalidade das opções da Companhia cujas condições de *vesting* ainda não tenham sido cumpridas, as quais estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos, sem que seja devido qualquer reembolso ou indenização ao beneficiário no âmbito do Plano, e (ii) permanecerá titular das opções cujas condições de *vesting* já tenham sido cumpridas, que poderão ser exercidas na forma e no prazo previstos no respectivo contrato de outorga, após o qual as opções estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos, sem que seja devido qualquer reembolso ou indenização ao beneficiário no âmbito do Plano.

8.5 - Remuneração baseada em ações (opções de compra de ações)

Remuneração baseada em ações, mediante outorga de opções de compra de ações, prevista para o exercício social corrente

Prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária			
		1º Plano	2º Plano	3º Plano	Programa a 2024
Nº total de membros	5,0	7,0	7,0	7,0	3,0
Nº de membros remunerados	0,0	2,0	5,0	3,0	3,0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	3,12%	0,09%	0,84%	0,62%
Preço médio ponderado de exercício:					
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	R\$ 10,22	R\$ 5,00	R\$ 130,00	R\$ 1,00
(b) das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	n/a	n/a	n/a	n/a
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	n/a	n/a	n/a	n/a

Remuneração baseada em ações, mediante outorga de opções de compra de ações, reconhecida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

Realizada no Exercício Social encerrado em 31/12/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária			
		1º Plano	2º Plano	3º Plano	Programa 2024
Nº total de membros	5,0	7,0	7,0	7,0	3,0
Nº de membros remunerados	0,0	2,0	5,0	3,0	3,0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	3,12%	0,09%	0,84%	0,62%
Preço médio ponderado de exercício:					
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	R\$ 10,22	R\$ 5,00	R\$ 130,00	R\$ 1,00
(b) das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	n/a	n/a	n/a	n/a
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	n/a	n/a	n/a	n/a

Remuneração baseada em ações, mediante outorga de opções de compra de ações, reconhecida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

Realizada no Exercício Social encerrado em 31/12/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária			
		1º Plano	2º Plano	3º Plano	Programa 2024
Nº total de membros	5,0	7,0	7,0	7,0	3,0
Nº de membros remunerados	0,0	2,0	5,0	3,0	3,0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	3,12%	0,09%	0,84%	0,62%

Preço médio ponderado de exercício:

(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	R\$ 1,0222	R\$ 0,50	R\$ 13,00	R\$ 0,10
(b) das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	n/a	R\$ 0,50	n/a	n/a
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	n/a	R\$ 0,50	n/a	n/a

Remuneração baseada em ações, mediante outorga de opções de compra de ações, reconhecida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

Realizada no Exercício Social encerrado em 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
		1º Plano	2º Plano	3º Plano
Nº total de membros	5,0	7,0	7,0	7,0
Nº de membros remunerados	0,0	2,0	5,0	3,0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	3,15% 1,01%	0,22%	
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	R\$ 1,0222	R\$ 0,50	R\$ 13,00
(b) das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	n/a	n/a	R\$ 13,00
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	n/a	R\$ 0,50	n/a

8.6 – Outorga de opções de compra de ações

Outorgas previstas para o exercício social corrente (2026)

Programa - 1º Plano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Data de outorga	N/A	01/06/2019
Quantidade de opções outorgadas	N/A	827.119
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º vesting (25,0%) - 01/06/2019 2º vesting (25,0%) - 26/10/2019 3º vesting (25,0%) - 26/10/2020 4º vesting (25,0%) - 26/10/2021
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	01/06/2026
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	Até a quitação integral do Preço de Exercício
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 0,60
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 496.271,40

Programa – 2º Plano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	7,00

Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Data de outorga	N/A	23/11/2020
Quantidade de opções outorgadas	N/A	73.204
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º vesting (11,0%) - 31/12/2020 2º vesting (4,2%) - 31/03/2021 3º vesting (4,2%) - 30/06/2021 4º vesting (4,2%) - 30/09/2021 5º vesting (4,2%) - 31/12/2021 6º vesting (4,2%) - 31/03/2022 7º vesting (4,2%) - 30/06/2022 8º vesting (4,2%) - 30/09/2022 9º vesting (4,2%) - 31/12/2022 10º vesting (4,2%) - 31/03/2023 11º vesting (4,2%) - 30/06/2023 12º vesting (4,2%) - 30/09/2023 13º vesting (4,2%) - 31/12/2023 14º vesting (4,2%) - 31/03/2024 15º vesting (34,4%) - Na data de ocorrência de um Evento de Liquidez ou em 30/06/2024
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	23/11/2027
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	Até a quitação integral do Preço de Exercício
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 7,90

Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 578.310,81
--	-----	----------------

Programa – 3º Plano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Data de outorga	N/A	15/01/2021
Quantidade de opções outorgadas	N/A	166.095
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º vesting (11,0%) - 30/06/2021 2º vesting (5,5%) - 30/09/2021 3º vesting (5,5%) - 31/12/2021 4º vesting (5,5%) - 31/03/2022 5º vesting (5,5%) - 30/06/2022 6º vesting (5,5%) - 30/09/2022 7º vesting (5,5%) - 31/12/2022 8º vesting (5,5%) - 31/03/2023 9º vesting (5,5%) - 30/06/2023 10º vesting (5,5%) - 30/09/2023 11º vesting (5,5%) - 31/12/2023 12º vesting (5,5%) - 31/03/2024 13º vesting (5,5%) - 30/06/2024 14º vesting (5,5%) – 30/09/2024 15º vesting (17,5%) - 31/12/2024

Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 anos após cada vesting
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 11,80
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 1.959.917,46

Programa – 3º Plano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Data de outorga	N/A	13/08/2021
Quantidade de opções outorgadas	N/A	5.891
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º vesting (11,0%) – 13/08/2021 2º vesting (5,5%) - 30/09/2021 3º vesting (5,5%) - 31/12/2021 4º vesting (5,5%) - 31/03/2022 5º vesting (5,5%) - 30/06/2022 6º vesting (5,5%) - 30/09/2022 7º vesting (5,5%) - 31/12/2022 8º vesting (5,5%) - 31/03/2023 9º vesting (5,5%) - 30/06/2023 10º vesting (5,5%) - 30/09/2023 11º vesting (5,5%) - 31/12/2023

		12º vesting (5,5%) - 31/03/2024 13º vesting (5,5%) - 30/06/2024 14º vesting (5,5%) - 30/09/2024 15º vesting (17,5%) - 31/12/2024
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 anos após cada vesting
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 2,60
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 15.315,56

Programa 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Data de outorga	N/A	03/09/2024
Quantidade de opções outorgadas	N/A	42.065
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º vesting (38,5%) - 03/09/2024 2º vesting (5,5%) - 31/10/2024 3º vesting (5,5%) - 31/01/2025 4º vesting (5,5%) - 30/04/2025 5º vesting (5,5%) - 31/07/2025 6º vesting (5,5%) - 31/10/2025

		7º vesting (5,5%) - 31/01/2026 8º vesting (5,5%) - 30/04/2026 9º vesting (5,5%) - 31/07/2026 10º vesting (17,5%) - 31/10/2026
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	5 anos após assinatura do contrato
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 1,54
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 64.598,91

Programa 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Data de outorga	N/A	03/09/2024
Quantidade de opções outorgadas	N/A	26.985
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º vesting (33,0%) - 03/09/2024 2º vesting (5,5%) - 30/09/2024 3º vesting (5,5%) - 31/12/2024 4º vesting (5,5%) - 31/03/2025

		5º vesting (5,5%) - 30/06/2025 6º vesting (5,5%) - 30/09/2025 7º vesting (5,5%) - 31/12/2025 8º vesting (5,5%) - 31/03/2026 9º vesting (5,5%) - 30/06/2026 10º vesting (5,5%) - 30/09/2026 11º vesting (17,5%) - 31/12/2026
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	5 anos após assinatura do contrato
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 1,54
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 41.440,10

Outorgas realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

Programa - 1º Plano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Data de outorga	N/A	01/06/2019
Quantidade de opções outorgadas	N/A	827.119

Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º vesting (25,0%) - 01/06/2019 2º vesting (25,0%) - 26/10/2019 3º vesting (25,0%) - 26/10/2020 4º vesting (25,0%) - 26/10/2021
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	01/06/2026
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	Até a quitação integral do Preço de Exercício
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 0,60
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 496.271,40

Programa – 2º Plano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Data de outorga	N/A	23/11/2020
Quantidade de opções outorgadas	N/A	73.204
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º vesting (11,0%) - 31/12/2020 2º vesting (4,2%) - 31/03/2021 3º vesting (4,2%) - 30/06/2021 4º vesting (4,2%) - 30/09/2021 5º vesting (4,2%) - 31/12/2021

		6º vesting (4,2%) - 31/03/2022 7º vesting (4,2%) - 30/06/2022 8º vesting (4,2%) - 30/09/2022 9º vesting (4,2%) - 31/12/2022 10º vesting (4,2%) - 31/03/2023 11º vesting (4,2%) - 30/06/2023 12º vesting (4,2%) - 30/09/2023 13º vesting (4,2%) - 31/12/2023 14º vesting (4,2%) - 31/03/2024 15º vesting (34,4%) - Na data de ocorrência de um Evento de Liquidez ou em 30/06/2024
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	23/11/2027
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	Até a quitação integral do Preço de Exercício
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 7,90
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 578.310,81

Programa – 3º Plano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00

Data de outorga	N/A	15/01/2021
Quantidade de opções outorgadas	N/A	166.095
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º vesting (11,0%) - 30/06/2021 2º vesting (5,5%) - 30/09/2021 3º vesting (5,5%) - 31/12/2021 4º vesting (5,5%) - 31/03/2022 5º vesting (5,5%) - 30/06/2022 6º vesting (5,5%) - 30/09/2022 7º vesting (5,5%) - 31/12/2022 8º vesting (5,5%) - 31/03/2023 9º vesting (5,5%) - 30/06/2023 10º vesting (5,5%) - 30/09/2023 11º vesting (5,5%) - 31/12/2023 12º vesting (5,5%) - 31/03/2024 13º vesting (5,5%) - 30/06/2024 14º vesting (5,5%) – 30/09/2024 15º vesting (17,5%) - 31/12/2024
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 anos após cada vesting
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 11,80
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 1.959.917,46

Programa – 3º Plano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Data de outorga	N/A	13/08/2021
Quantidade de opções outorgadas	N/A	5.891
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º vesting (11,0%) – 13/08/2021 2º vesting (5,5%) - 30/09/2021 3º vesting (5,5%) - 31/12/2021 4º vesting (5,5%) - 31/03/2022 5º vesting (5,5%) - 30/06/2022 6º vesting (5,5%) - 30/09/2022 7º vesting (5,5%) - 31/12/2022 8º vesting (5,5%) - 31/03/2023 9º vesting (5,5%) - 30/06/2023 10º vesting (5,5%) - 30/09/2023 11º vesting (5,5%) - 31/12/2023 12º vesting (5,5%) - 31/03/2024 13º vesting (5,5%) - 30/06/2024 14º vesting (5,5%) – 30/09/2024 15º vesting (17,5%) - 31/12/2024
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 anos após cada vesting
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A

Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 2,60
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 15.315,56

Programa 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Data de outorga	N/A	03/09/2024
Quantidade de opções outorgadas	N/A	42.065
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º vesting (38,5%) - 03/09/2024 2º vesting (5,5%) - 31/10/2024 3º vesting (5,5%) - 31/01/2025 4º vesting (5,5%) - 30/04/2025 5º vesting (5,5%) - 31/07/2025 6º vesting (5,5%) - 31/10/2025 7º vesting (5,5%) - 31/01/2026 8º vesting (5,5%) - 30/04/2026 9º vesting (5,5%) - 31/07/2026 10º vesting (17,5%) - 31/10/2026
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	5 anos após assinatura do contrato
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A

recebidas em decorrência do exercício das opções		
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 1,54
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 64.598,91

Programa 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Data de outorga	N/A	03/09/2024
Quantidade de opções outorgadas	N/A	26.985
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º vesting (33,0%) - 03/09/2024 2º vesting (5,5%) - 30/09/2024 3º vesting (5,5%) - 31/12/2024 4º vesting (5,5%) - 31/03/2025 5º vesting (5,5%) - 30/06/2025 6º vesting (5,5%) - 30/09/2025 7º vesting (5,5%) - 31/12/2025 8º vesting (5,5%) - 31/03/2026 9º vesting (5,5%) - 30/06/2026 10º vesting (5,5%) - 30/09/2026 11º vesting (17,5%) - 31/12/2026

Prazo máximo para exercício das opções	N/A	5 anos após assinatura do contrato
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 1,54
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 41.440,10

Outorgas realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

Programa – 1º Plano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Data de outorga	N/A	01/06/2019
Quantidade de opções outorgadas	N/A	8.271.190
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º vesting (25,0%) - 01/06/2019 2º vesting (25,0%) - 26/10/2019 3º vesting (25,0%) - 26/10/2020 4º vesting (25,0%) - 26/10/2021
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	01/06/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Até a quitação integral do Preço do

recebidas em decorrência do exercício das opções		Exercício
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 0,06
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 496.271,40

Programa – 2º Plano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00
Data de outorga	N/A	23/11/2020
Quantidade de opções outorgadas	N/A	915.747
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º vesting (11,0%) - 31/12/2020 2º vesting (4,2%) - 31/03/2021 3º vesting (4,2%) - 30/06/2021 4º vesting (4,2%) - 30/09/2021 5º vesting (4,2%) - 31/12/2021 6º vesting (4,2%) - 31/03/2022 7º vesting (4,2%) - 30/06/2022 8º vesting (4,2%) - 30/09/2022 9º vesting (4,2%) - 31/12/2022 10º vesting (4,2%) - 31/03/2023 11º vesting (4,2%) - 30/06/2023 12º vesting (4,2%) - 30/09/2023

		13º vesting (4,2%)- 31/12/2023 14º vesting (4,2%)- 31/03/2024 15º vesting (34,4%) - Na data de ocorrência de um Evento de Liquidez ou em 30/06/2024
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	23/11/2027
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	Até a quitação integral do Preço do Exercício
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 0,79
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 723.440,13

Programa – 3º Plano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Data de outorga	N/A	15/01/2021
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.660.947
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º vesting (11,0%) - 30/06/2021 2º vesting (5,5%) - 30/09/2021 3º vesting (5,5%) - 31/12/2021 4º vesting (5,5%) - 31/03/2022 5º vesting (5,5%) - 30/06/2022

		6º vesting (5,5%) - 30/09/2022 7º vesting (5,5%) - 31/12/2022 8º vesting (5,5%) - 31/03/2023 9º vesting (5,5%) - 30/06/2023 10º vesting (5,5%) - 30/09/2023 11º vesting (5,5%) - 31/12/2023 12º vesting (5,5%) - 31/03/2024 13º vesting (5,5%) - 30/06/2024 14º vesting (5,5%) – 30/09/2024 15º vesting (17,5%)- 31/12/2024
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 anos após cada vesting
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 1,18
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 1.959.917,46

Programa – 3º Plano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Data de outorga	N/A	13/08/2021
Quantidade de opções outorgadas	N/A	58.906

Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º vesting (11,0%) – 13/08/2021 2º vesting (5,5%) - 30/09/2021 3º vesting (5,5%) - 31/12/2021 4º vesting (5,5%) - 31/03/2022 5º vesting (5,5%) - 30/06/2022 6º vesting (5,5%) - 30/09/2022 7º vesting (5,5%) - 31/12/2022 8º vesting (5,5%) - 31/03/2023 9º vesting (5,5%) - 30/06/2023 10º vesting (5,5%) - 30/09/2023 11º vesting (5,5%) - 31/12/2023 12º vesting (5,5%) - 31/03/2024 13º vesting (5,5%) - 30/06/2024 14º vesting (5,5%) – 30/09/2024 15º vesting (17,5%) - 31/12/2024
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 anos após cada vesting
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 0,26
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 15.315,56

Programa 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,00

Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Data de outorga	N/A	03/09/2024
Quantidade de opções outorgadas	N/A	420.648
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º vesting (38,5%) - 03/09/2024 2º vesting (5,5%) - 31/10/2024 3º vesting (5,5%) - 31/01/2025 4º vesting (5,5%) - 30/04/2025 5º vesting (5,5%) - 31/07/2025 6º vesting (5,5%) - 31/10/2025 7º vesting (5,5%) - 31/01/2026 8º vesting (5,5%) - 30/04/2026 9º vesting (5,5%) - 31/07/2026 10º vesting (17,5%) - 31/10/2026
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	5 anos após assinatura do contrato
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 0,15
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 64.598,91

Programa 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
----------------------	----------------------------------	------------------------------

Nº total de membros	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Data de outorga	N/A	03/09/2024
Quantidade de opções outorgadas	N/A	269.845
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º vesting (33,0%) - 03/09/2024 2º vesting (5,5%) - 30/09/2024 3º vesting (5,5%) - 31/12/2024 4º vesting (5,5%) - 31/03/2025 5º vesting (5,5%) - 30/06/2025 6º vesting (5,5%) - 30/09/2025 7º vesting (5,5%) - 31/12/2025 8º vesting (5,5%) - 31/03/2026 9º vesting (5,5%) - 30/06/2026 10º vesting (5,5%) - 30/09/2026 11º vesting (17,5%) - 31/12/2026
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	5 anos após assinatura do contrato
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 0,15
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 41.440,10

Outorgas realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

Programa – 1º Plano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Data de outorga	N/A	01/06/2019
Quantidade de opções outorgadas	N/A	8.271.190
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º vesting (25,0%) - 01/06/2019 2º vesting (25,0%) - 26/10/2019 3º vesting (25,0%) - 26/10/2020 4º vesting(25,0%) - 26/10/2021
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	01/06/2026
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	Até a quitação integral do Preço do Exercício
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 0,06
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 496.271,40

Programa – 2º Plano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	7,00

Nº de membros remunerados	0,00	5,00
Data de outorga	N/A	23/11/2020
Quantidade de opções outorgadas	N/A	915.747
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º vesting (11,0%) - 31/12/2020 2º vesting (4,2%) - 31/03/2021 3º vesting (4,2%) - 30/06/2021 4º vesting (4,2%) - 30/09/2021 5º vesting (4,2%) - 31/12/2021 6º vesting (4,2%) - 31/03/2022 7º vesting (4,2%) - 30/06/2022 8º vesting (4,2%) - 30/09/2022 9º vesting (4,2%) - 31/12/2022 10º vesting (4,2%) - 31/03/2023 11º vesting (4,2%) - 30/06/2023 12º vesting (4,2%) - 30/09/2023 13º vesting (4,2%) - 31/12/2023 14º vesting (4,2%) - 31/03/2024 15º vesting (34,4%) - Na data de ocorrência de um Evento de Liquidez ou em 30/06/2024
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	23/11/2027
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	Até a quitação integral do Preço do Exercício
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 0,79

Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 723.440,13
--	-----	----------------

Programa – 3º Plano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Data de outorga	N/A	15/01/2021
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.660.947
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º vesting (11,0%) - 30/06/2021 2º vesting (5,5%) - 30/09/2021 3º vesting (5,5%) - 31/12/2021 4º vesting (5,5%) - 31/03/2022 5º vesting (5,5%) - 30/06/2022 6º vesting (5,5%) - 30/09/2022 7º vesting (5,5%) - 31/12/2022 8º vesting (5,5%) - 31/03/2023 9º vesting (5,5%) - 30/06/2023 10º vesting (5,5%) - 30/09/2023 11º vesting (5,5%) - 31/12/2023 12º vesting (5,5%) - 31/03/2024 13º vesting (5,5%) - 30/06/2024 14º vesting (5,5%) - 30/09/2024 15º vesting (17,5%)- 31/12/2024

Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 anos após cada vesting
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 1,18
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 1.959.917,46

Programa – 3º Plano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Data de outorga	N/A	13/08/2021
Quantidade de opções outorgadas	N/A	58.906
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º vesting (11,0%) – 13/08/2021 2º vesting (5,5%) - 30/09/2021 3º vesting (5,5%) - 31/12/2021 4º vesting (5,5%) - 31/03/2022 5º vesting (5,5%) - 30/06/2022 6º vesting (5,5%) - 30/09/2022 7º vesting (5,5%) - 31/12/2022 8º vesting (5,5%) - 31/03/2023 9º vesting (5,5%) - 30/06/2023

		10º vesting (5,5%) - 30/09/2023 11º vesting (5,5%) - 31/12/2023 12º vesting (5,5%) - 31/03/2024 13º vesting (5,5%) - 30/06/2024 14º vesting (5,5%) – 30/09/2024 15º vesting (17,5%) - 31/12/2024
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 anos após cada vesting
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 0,26
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 15.315,56

8.7 – Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Seguem abaixo informações acerca das opções em aberto concedidas no âmbito dos Planos de Opções da Companhia. Tendo em vista que os planos não beneficiam os membros do Conselho de Administração da Companhia, indicamos abaixo as informações pertinentes com relação às opções em aberto detidas pela Diretoria Estatutária ao final do último exercício social.

Programa 2024¹	Diretoria
Nº total de membros	3,00
Nº de membros remunerados	1,00
Opções ainda não exercíveis	
Quantidade	26.985
Data em que se tornarão exercíveis	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	5 anos após assinatura do contrato
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 1,00
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 1,54
Opções exercíveis	
Quantidade	0
Prazo máximo para exercício das opções	5 anos após assinatura do contrato
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A

¹ Considerando o disposto no Programa 2024, os requisitos para exercício das opções são (i) os períodos de vesting e (ii) o gatilho de preço mínimo, que corresponde a valor mínimo de negociação das ações, estipulado no Programa. Dessa forma, em 31/12/2025, não havia opções exercíveis, apesar de já ter ocorrido vesting de parte da outorga.

Preço médio ponderado do exercício	R\$ 1,00
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 1,54
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$ 41.440,10

Programa 2024²	Diretoria
Nº total de membros	3,00
Nº de membros remunerados	2,00
Opções ainda não exercíveis	
Quantidade	42.065
Data em que se tornarão exercíveis	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	5 anos após a assinatura do Contrato
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 1,0
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 1,54
Opções exercíveis	
Quantidade	0
Prazo máximo para exercício das opções	5 anos após a assinatura do Contrato
Prazo de restrição à transferência das	N/A

² Considerando o disposto no Programa 2024, os requisitos para exercício das opções são (i) os períodos de vesting e (ii) o gatilho de preço mínimo, que corresponde a valor mínimo de negociação das ações, estipulado no Programa. Dessa forma, em 31/12/2025, não havia opções exercíveis, apesar de já ter ocorrido vesting de parte da outorga.

ações	
Preço médio ponderado do exercício	R\$ 1,0
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 1,54
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$ 64.598,91

3º Plano	Diretoria
Nº total de membros	7,00
Nº de membros remunerados	1,00
Opções ainda não exercíveis	
Quantidade	0
Data em que se tornarão exercíveis	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	7 anos após cada vesting
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 130,00
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 2,60
Opções exercíveis	
Quantidade	1.620
Prazo máximo para exercício das opções	7 anos após cada vesting
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado do exercício	R\$ 130,00
Valor justo das opções no último dia	R\$ 2,60

do exercício social	
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$ 4.211,78

3º Plano	Diretoria
Nº total de membros	7,00
Nº de membros remunerados	2,00
Opções ainda não exercíveis	
Quantidade	0
Data em que se tornarão exercíveis	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	7 anos após cada vesting
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 130,00
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 11,80
Opções exercíveis	
Quantidade	91.352
Prazo máximo para exercício das opções	7 anos após cada vesting
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado do exercício	R\$ 130,00
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 11,80
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$ 1.077.954,60

2º Plano	Diretoria
Nº total de membros	7,00
Nº de membros remunerados	5,00
Opções ainda não exercíveis	
Quantidade	0
Data em que se tornarão exercíveis	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	23/11/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	Até a quitação integral do Preço de Exercício
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 5,0
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 7,90
Opções exercíveis	
Quantidade	10.373
Prazo máximo para exercício das opções	23/11/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	Até a quitação integral do Preço de Exercício
Preço médio ponderado do exercício	R\$ 5,00
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 7,90
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$ 81.944,33

1º Plano	Diretoria
Nº total de membros	7,00
Nº de membros remunerados	2,00
Opções ainda não exercíveis	
Quantidade	0
Data em que se tornarão exercíveis	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	Até a quitação integral do Preço de Exercício
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 10,22
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 6,00
Opções exercíveis	
Quantidade	347.146
Prazo máximo para exercício das opções	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	Até a quitação integral do Preço de Exercício
Preço médio ponderado do exercício	R\$ 10,222
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 6,0
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$ 2.082.873,00

8.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Exercício social encerrado em 31/12/2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária			
		1º Plano	2º Plano	3º Plano	Programa 2024
Nº total de membros	5,00	7,00	7,00	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	5,00	3,00	3,00
Opções Exercidas					
Número de ações	N/A	0	0	0	0
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31/12/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária			
		1º Plano	2º Plano	3º Plano	Programa 2024
Nº total de membros	5,00	7,00	7,00	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	5,00	3,00	3,00
Opções Exercidas					
Número de ações	N/A	0	230.208	0	0

Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	R\$ 0,50	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	R\$ 0,99	N/A	N/A
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	-R\$ 113.919,88	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
		1º Plano	2º Plano	3º Plano
Nº total de membros	5,00	7,0	7,0	7,0
Nº de membros remunerados	0,00	2,0	5,0	3,0
Opções Exercidas				
Número de ações	N/A	0	118.254	0
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	R\$ 0,50	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	R\$ 1,69	N/A
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	-R\$ 140.757,21	N/A

8.9 – Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui planos de ações restritas, assim como não há previsão para o exercício social corrente.

8.10 – Outorga de ações

Não aplicável, tendo em vista que, na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possui planos de ações restritas, assim como não há previsão para o exercício social corrente.

8.11 – Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que, na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possui planos de ações restritas, assim como não há previsão para o exercício social corrente.

8.12 – Precificação das ações/opções

(a) modelo de precificação

O modelo utilizado pela Companhia para precificação das opções outorgadas a seus administradores no âmbito do Primeiro, do Segundo, do Terceiro Plano de Opções e do Programa 2024 foi o método de Simulação de Monte Carlo, considerando que a ação segue um movimento browniano, que é um caso particular do processo de Wiener Generalizado e permite a existência de tendência nos retornos contínuos. O direito de exercício pode ser considerado como uma opção do tipo americano, que pode ser exercida a qualquer momento entre a data inicial de exercício e a data de expiração do direito, por isso preferiu-se o método numérico de Monte Carlo, aplicado sobre o preço do ativo. O modelo e as premissas de avaliação estão em conformidade com o CPC 10.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

	1º Plano	2º Plano	3º Plano	Programa 2024
Valor das ações	O valor das ações considerado para avaliação na data-base de outorga foi valor de negociação das ações da Companhia em transação ocorrida em outubro de 2018	O valor das ações na avaliação realizada na data da outorga, tendo como base avaliação independente, foi de R\$ 2,53 por ação.	O valor das ações na avaliação na avaliação realizada em cada uma das outorgas foi de: (a) para as outorgas realizadas em 15/01/2021: R\$ 12,08 por ação,	O valor das ações na avaliação realizada na data da outorga, tendo como base avaliação independente, foi de R\$ 0,15 por ação.

	a R\$1,00 por ação.		correspondente à média da faixa indicativa do <i>price range</i> constante do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de emissão da Companhia, datado de 19 de janeiro de 2021; e (b) para as outorgas realizadas em 13/08/2021: R\$ 8,34 por ação, correspondente ao valor de fechamento de cotação das ações no pregão da bolsa de valores naquela data.	
Preço de exercício	Preço de exercício inicial de R\$1,0222 por ação, corrigido pelo IPCA- IBGE acumulado até a data do exercício da opção de compra.	R\$ 0,50 por ação, sem correção.	R\$ 13,00 por ação, atualizados pelo IPC-A desde a data de cada uma das outorgas até o recebimento, pela Companhia, da Notificação de Exercício.	R\$ 0,10 por ação, corrigido pelo IPCA- IBGE acumulado até a data do exercício da opção de compra.

Volatilidade	1ª tranche (25%): 34,30% a.a. 2ª tranche (25%): 32,95% a.a. 3ª tranche (25%): 33,52% a.a. 4ª tranche (25%): 34,19% a.a.	A outorga do Segundo Plano de Opções é composta por até 15 tranches distintas, desta forma a volatilidade foi calculada tendo como base a janela histórica de retornos para cada tranche. A volatilidade média foi de 46,89% a.a.	A outorga do Terceiro Plano de Opções é composta por tranches distintas, desta forma a volatilidade foi calculada tendo como base a janela histórica de retornos para cada tranche. A volatilidade média foi de 37,06%.	A outorga do Terceiro Plano de Opções é composta por tranches distintas, desta forma a volatilidade foi calculada tendo como base a janela histórica de retornos para cada tranche. A volatilidade média foi de 62,8%.
Prazo de carência	As opções poderão ser exercidas na proporção 25% das ações imediatamente a partir da data de outorga, mais 25% um após a primeira maturação em 26 de outubro de 2019, mais 25% em 26 de outubro de 2020 e o restante 25% em 26 de outubro de 2021. A expiração dos direitos ocorrerá em 8 anos após a outorga, prazo que encerrará em 1º de junho	As opções podem ser exercidas a partir do dia 31 de dezembro de 2020, sendo que as datas de maturação subsequentes ocorrerão em base trimestral. Em 30 de junho de 2024 todas as opções estarão maturadas (vesting period). O prazo máximo para exercício é de 7 anos contados a partir da data de outorga, prazo que encerrará em 23 de novembro de	As opções podem ser exercidas a partir do dia 30 de junho de 2021, sendo que as datas de maturação subsequentes ocorrerão em base trimestral. Em 31 de dezembro de 2024 todas as opções estarão maturadas (vesting period). O prazo máximo para exercício é de 7 anos contados a partir da data de cada uma das outorgas.	As datas de maturação ocorrerão em base trimestral. Em 31 de dezembro de 2026 todas as opções estarão maturadas (vesting period). O prazo máximo para exercício é de 5 anos contados a partir da data de assinatura do contrato.

	de 2027.	2027.		
Taxa de Juros livre de riscos	Os preços de exercício das opções concedidas pela Companhia são corrigidos pelo IPCA-IBGE acumulado, portanto a taxa livre de risco foi obtida a partir das curvas de cupom de IPCA divulgadas pela B3. Como as taxas da B3 têm vencimentos diferentes dos vencimentos das opções, as taxas para aplicação no modelo foram obtidas por meio de um processo de interpolação por dias úteis, que assume taxas a termo constantes (<i>flat forward</i>) entre vértices. 1ª tranche (25%): 3,16% a.a. 2ª tranche (25%): 2,86%	Os preços de exercício das opções não possuem correção por índice de inflação no preço de exercício logo a taxa livre de risco foi obtida a partir das curvas prefixadas dos contratos futuros de DI divulgadas pela B3. A outorga é composta por até 15 tranches distintas, desta forma a taxa de juros livre de risco foi calculada por interpolação para cada tranche. A taxa de juros livre de risco média foi de 5,74% a.a.	Os preços de exercício das opções concedidas são corrigidos pelo IPCA-IBGE acumulado, portanto a taxa livre de risco foi obtida a partir das curvas de cupom de IPCA divulgadas pela B3. Como as taxas da B3 têm vencimentos diferentes dos vencimentos das opções, as taxas para aplicação no modelo foram obtidas por meio de um processo de interpolação por dias úteis, que assume taxas a termo constantes (<i>flat forward</i>) entre vértices. A taxa de juros livre de risco média foi de 7,77% a.a.	Os preços de exercício das opções concedidas são corrigidos pelo IPCA-IBGE acumulado, portanto a taxa livre de risco foi obtida a partir das curvas de cupom de IPCA divulgadas pela B3. Como as taxas da B3 têm vencimentos diferentes dos vencimentos das opções, as taxas para aplicação no modelo foram obtidas por meio de um processo de interpolação por dias úteis, que assume taxas a termo constantes (<i>flat forward</i>) entre vértices. A taxa de juros livre de risco média foi de 12,57% a.a.

	a.a. 3ª tranche (25%): 3,02% a.a. 4ª tranche (25%): 3,30% a.a.			
Dividendos esperados	A outorga de 2019 não possui correção no preço de exercício para pagamentos de dividendos, logo no modelo de precificação foi utilizada o <i>dividend yield</i> esperado. O <i>dividend yield</i> esperado foi calculado com base em 25% do lucro por ação ocorrido no exercício imediatamente anterior, em 31 de dezembro de 2018, resultando em uma taxa de dividendos esperados anual de 1,52%. (Outorga 2020)	A outorga ocorrida em 2020 possui cláusula de correção do preço de exercício para pagamento de dividendos, ou seja, na ocorrência de dividendos, este será descontado do preço de exercício. Logo, não foi utilizado taxa de dividendos esperados no modelo de precificação.	A outorga ocorrida em 2020 possui cláusula de correção do preço de exercício para pagamento de dividendos, ou seja, na ocorrência de dividendos, este será descontado do preço de exercício. Logo, não foi utilizado taxa de dividendos esperados no modelo de precificação.	A outorga não possui correção no preço de exercício para pagamentos de dividendos.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Os efeitos do exercício antecipado podem ser levados em conta pelo uso de estimativa de vida esperada das opções como um dado de entrada no modelo de precificação de opções. Ao estimar a vida esperada das opções de ações outorgadas a um grupo de beneficiários, pode-se basear essa estimativa na média ponderada de vida esperada de opções dentro do conjunto total de beneficiários, com base na expectativa de exercício. A estimativa da Companhia sobre a intenção de exercício é de 1 ano após o período de *vesting*. O mesmo prazo foi considerado para as opções do Primeiro, do Segundo e do Terceiro Planos de Opções.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

A metodologia utilizada para o cálculo da volatilidade para todas as outorgas ocorridas foi a *proxy* à volatilidade de empresas similares, do setor de *e-commerce* e de móveis que possuíam ações negociadas na B3.

A série histórica de dados a ser analisada (janela temporal) para estimar a volatilidade futura esperada é igual ao prazo da opção à qual será aplicada na precificação. Exemplificando, se o prazo da opção é de dois anos, foram utilizados os preços diários do ativo observados nos dois anos passados que antecedem a data-base da avaliação.

A volatilidade histórica foi calculada com base no desvio-padrão amostral dos retornos contínuos (log-retornos) das cotações diárias. A volatilidade expressa em base diária foi convertida para a base anual.

Na outorga de 2024, para o cálculo da volatilidade esperada foram utilizados os retornos logaritmos das cotações históricas das ações da Companhia, sendo ajustadas para dividendos, desdobramentos e agrupamentos.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, tendo em vista que todas as características já foram mencionadas nos itens anteriores.

8.13 - Participações detidas por órgão

A tabela abaixo apresenta a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas em 31 de dezembro de 2025, pelos membros da Administração e do Conselho Fiscal.

Órgão	Ações de emissão da Companhia	
	Ações Ordinárias	Participação (%)
Conselho de Administração	6	0,0%
Diretoria Estatutária	15.687	0,1%
Conselho Fiscal	0	0,00%

8.14 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários.

8.15 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
Valores anuais	31/12/2022 5	31/12/2021 4	31/12/2020 3	31/12/2022 5	31/12/2021 4	31/12/2020 3	31/12/2022 5	31/12/2021 4	31/12/2020 3
Nº de membros	2,92	3,17	5,17	5,00	5,00	5,58	3,00	3,08	3,00
Nº de membros remunerados	2,92	3,17	5,17	5,00	5,00	4,25	3,00	3,08	3,00
Valor da maior remuneração (Reais)	1.214.568,34	1.280.770,01	1.132.962,80	240.000,00	240.000,00	138.666,67	72.477,80	105.646,31	162.296,40
Valor da menor remuneração (Reais)	766.908,13	798.026,53	612.981,36	170.000,00	240.000,00	31.333,33	72.477,80	105.646,31	162.296,40
Valor médio da remuneração	681.336,75	1.003.384,95	823.482,77	151.000,00	240.000,00	89.400,00	54.358,35	60.331,70	162.296,40

o (Reais)									
------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Diretoria Executiva	
31/12/2025	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima e média os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
31/12/2024	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima e média os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
31/12/2023	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima e média os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
Conselho de Administração	
31/12/2025	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima e média os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
31/12/2024	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 7 meses do exercício social.

	Como não houve membro que obteve permanência pelos 12 meses do exercício social, o membro detentor da menor remuneração individual exerceu suas funções durante 3 meses do exercício social.
31/12/2023	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima e média os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
Conselho Fiscal	
31/12/2025	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
31/12/2024	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 8 meses do exercício social. A menor remuneração anual individual foi apurada considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício.
31/12/2023	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima e média os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.

8.16 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização para os Administradores em caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores ("D&O"), em condições usuais de mercado, visando garantir aos administradores, diretores e conselheiros, e demais indivíduos que pratiquem atos de gestão, além de empregados da Companhia com poder de decisão, praticando atos de gestão ou que eventualmente sejam responsabilizados, o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes dos atos ilícitos culposos praticados pelos segurados, exclusivamente no exercício de suas funções e/ou um ato de sua gestão que cause danos a terceiros. O valor total do prêmio do seguro contratado foi de R\$ 45.777,21, com limite máximo de garantia, no valor de R\$25.000.000,00, vigente até maio de 2025. Para mais informações sobre a apólice de seguro D&O, vide item 7.7 deste Formulário de Referência.

8.17 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem acionista controlador titular da maioria absoluta do capital votante.

8.18 - Remuneração de Administradores e Membros do Conselho Fiscal, Agrupados por Órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente, os Administradores e membros do conselho fiscal não receberam qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 - Remuneração de Administradores e Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum e de Controladas do Emissor

Não aplicável, visto que nenhuma remuneração de Administradores ou membros do conselho fiscal da Companhia é reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, das sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia relativo aos últimos 3 exercícios sociais e, da mesma forma, não há previsão para o exercício social corrente.

8.20 - Outras informações relevantes

Plano assinado na Kedar e sucedido pela Companhia (Primeiro Plano de Opções)

Antes da incorporação, a então controladora Kedar assinou, em 1 de junho de 2019, contratos de outorga de opção de compra de ações firmado com executivos da Companhia. Com a outorga de opções de compra de ações, foram aprovadas 8.271.190 opções de compra de ações da Kedar concedidas aos executivos. A titularidade das opções de conversão de ações será transferida aos participantes em proporções iguais de 25%, em cada aniversário do plano, ao longo de 4 anos após a data da outorga. A transferência é sujeita ao participante ter permanecido ao longo do respectivo período atuando dentro de suas funções na Companhia.

A tabela a seguir apresenta as principais informações utilizadas para o cálculo do valor justo na data de outorga:

Média ponderada do valor justo da opção na data da mensuração (R\$)	0,0590
Taxa de retorno livre de risco (%)	3,30%
Prazo de vida esperado das opções	06/2027
Modelo utilizado	Monte Carlo
Preço do exercício	1,0222
Maturação	4 anos

Para o cálculo da volatilidade, foi considerada a volatilidade histórica de empresas comparáveis em períodos compatíveis com o tempo de vida das ações para cada lote.

O valor justo das opções concedidas estimada pela Companhia, levando em consideração a quantidade de instrumentos patrimoniais dos quais se espera a aquisição de direito (*expected to vest*), totalizou R\$ 487 mil na data da outorga.

Plano assinado em novembro de 2020 (Segundo Plano de Opções)

Em novembro de 2020 foi outorgado aos principais executivos opções de compra de ações da Westwing que contempla o direito de adquirir 2.395.634 ações a um preço de exercício de R\$ 0,50. O direito de compra iniciou em dezembro de 2020 e o período de maturação se encerra em 30 de junho de 2024.

A tabela a seguir apresenta as principais informações utilizadas para o cálculo do valor justo na data de outorga:

Média ponderada do valor justo da opção na data da mensuração (R\$)	0,7925
Taxa de retorno livre de risco (%)	5,57%
Prazo de vida esperado das opções	06/2024
Modelo utilizado	Monte Carlo
Preço do exercício	0,50
Maturação	4 anos

O valor justo das opções concedidas estimada pela Companhia, levando em consideração a quantidade de instrumentos patrimoniais dos quais se espera a aquisição de direito (*expected to vest*), totalizou R\$ 1.899 mil na data da outorga.

Reconhecimento contábil

Ambos os planos são tratados pela Companhia de acordo com o IFRS 2 / CPC 10 – Pagamento baseados em ações. Esses instrumentos patrimoniais são mensurados a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, e são reconhecidos em conta específica no patrimônio líquido em contrapartida à demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas, ao longo do período em que a execução e/ou condição de serviço são cumpridas (*vesting period*), com término na data em que o funcionário tem o direito completo de aquisição (data de aquisição). A despesa reconhecida reflete o valor justo estimado, considerando a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

A Companhia estima que as despesas a serem reconhecidas ao longo do período de maturação dos planos serão conforme demonstrado a seguir:

	Efeito no Resultado do exercício	Efeito acumulado no patrimônio líquido
(Em milhares de reais)		
2020	82	82
2021	637	718
2022	637	1.355
2023	465	1.820
2024	465	2.285

Outorga de Opções de Ações no âmbito do Terceiro Plano de Opções

Foram outorgadas, em janeiro e agosto de 2021, 1.660.947 opções e 58.906 opções, respectivamente a um preço de exercício de R\$ 13,00. O direito de compra da primeira outorga iniciou em julho de 2021 e da segunda em agosto de 2021, ambas com período de maturação se encerrando em 31 de dezembro de 2024.

A tabela a seguir apresenta as principais informações utilizadas para o cálculo do valor justo na data de outorga:

Média ponderada do valor justo da opção na data da mensuração (R\$)	1,14
Taxa de retorno livre de risco (%)	7,77%
Prazo de vida esperado das opções	12/2024
Modelo utilizado	Monte Carlo
Preço do exercício	13,0
Maturação	3 anos

O valor justo das opções concedidas estimada pela Companhia, levando em consideração a quantidade de instrumentos patrimoniais dos quais se espera a aquisição de direito (*expected to vest*), totalizou R\$1.968 mil na data da outorga.

Reconhecimento contábil

O plano é tratado pela Companhia de acordo com o IFRS 2 / CPC 10 – Pagamento baseados em ações. Esses instrumentos patrimoniais são mensurados a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, e são reconhecidos em conta específica no patrimônio líquido em contrapartida a demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas, ao longo do período em que a execução e/ou condição de serviço são cumpridas (vesting period), com término na data em que o funcionário tem o direito completo de aquisição (data de aquisição). A despesa reconhecida reflete o valor justo estimado, considerando a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

A Companhia estima que as despesas a serem reconhecidas ao longo do período de maturação dos planos serão conforme demonstrado a seguir:

(Em milhares de Reais)	Efeito no resultado do exercício	Efeito acumulado no patrimônio líquido
2021	1.035	1.035
2022	512	1.547
2023	283	1.830
2024	135	1.965
2025	3	1.968

Outorga de Opções de Ações no âmbito do Programa 2024

Foram outorgadas, em setembro de 2024, 1.103.016 opções a um preço de exercício de R\$ 0,1.

A tabela a seguir apresenta as principais informações utilizadas para o cálculo do valor justo na data de outorga:

Taxa de retorno livre de risco (%)	12,57%
Modelo utilizado	Monte Carlo
Preço do exercício	0,1
Preço mínimo	3,0
Maturação	31/12/2026

O valor justo das opções concedidas estimada pela Companhia, levando em consideração a quantidade de instrumentos patrimoniais dos quais se espera a aquisição de direito (*expected to vest*), totalizou R\$169,4 mil na data da outorga.

Reconhecimento contábil

O plano é tratado pela Companhia de acordo com o IFRS 2 / CPC 10 – Pagamento baseados em ações. Esses instrumentos patrimoniais são mensurados a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, e são reconhecidos em conta específica no patrimônio líquido em contrapartida a demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas, ao longo do período em que a execução e/ou condição de serviço são cumpridas (vesting period), com término na data em que o funcionário tem o direito completo de aquisição (data de aquisição). A despesa reconhecida reflete o valor justo estimado, considerando a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

A Companhia estima que as despesas a serem reconhecidas ao longo do período de maturação dos planos serão conforme demonstrado a seguir:

(Em Reais)	Efeito no resultado do exercício
2024	74.529
2025	37.263
2026	57.594